

PS PROPÕE NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO AUTÁRQUICO

Mais de um milhar de autarcas socialistas, oriundos de todo o País, reuniram-se em Santarém para pôr a nu a política antipoder local "asfixiante" e "devastadora" seguida pela maioria de direita. Às denúncias seguiu-se a apresentação de um novo modelo de gestão para os municípios, que passa pela reformulação do actual sistema de financiamento, mediante a sua diversificação sem aumentar as despesas correntes.

As linhas orientadoras do documento que o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República foram avançadas por Ferro Rodrigues, no encerramento do Fórum Autárquico que, sábado à tarde, se realizou no grande auditório do Centro de Exposições e Mercados Agrícolas.

► Páginas 5 a 10



DEPUTADOS SOCIALISTAS NA CONVENÇÃO EUROPEIA

FUTURO TRATADO DEVE INCLUIR DIMENSÃO SOCIAL REFORÇADA

► Página 15



MÁRIO SOARES APRESENTOU NO PE O SEU SEGUNDO RELATÓRIO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E MACAU

► Página 14

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA ILIBA FERRO RODRIGUES NO CASO DO METRO DO TERREIRO DO PAÇO

► Página 3

SOCIALISTAS DEFENDEM

INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS QUE APOSTEM NA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

► Página 2

A SEMANA REVISTA

Realizou-se no sábado passado o Fórum Autárquico em Santarém sobre o “Estado do Poder Local”. Ferro Rodrigues, que encerrou os trabalhos, defendeu um novo modelo de financiamento das autarquias.

Ferro Rodrigues responsabilizou o Executivo pela grave crise económica e social que o País atravessa, no âmbito da interpelação ao Executivo agendada pelo PS.

O fundador do PS Mário Soares teve oportunidade de conhecer os novos elementos do Secretariado Nacional do partido num almoço realizado em Lisboa, na semana passada.

Foi conhecido o relatório do conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República que iliba Ferro Rodrigues de qualquer responsabilidade no caso do metropolitano do Terreiro do Paço.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, em conferência de Imprensa, um projecto-lei que visa o alargamento de incentivos fiscais às empresas que apostem na inovação.

A Secção da Educação da FAUL promoveu na semana passada, no auditório da Assembleia da República, um colóquio subordinado ao tema “Descentralização e Gestão das Escolas”.

Manuel Maria Carrilho foi o orador de um debate sobre “Cultura e Desenvolvimento”, organizado pela Secção do PS/Benfica e São Domingos de Benfica.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS QUE APOSTEM NA INOVAÇÃO

As empresas que comprovem elevados níveis de investimento em investigação e despesas de desenvolvimento serão premiadas com reduções em sede de IRC, até ao máximo de 10 por cento. Esta a novidade de um projecto de lei que o Partido Socialista apresentou, terça-feira, numa conferência de Imprensa realizada no Parlamento.

A justificação do diploma assenta essencialmente na “necessidade urgente” de Portugal criar condições de competitividade face a países com custos de mão-de-obra mais baixos e de alargar os benefícios fiscais ao capital de risco inicial das empresas.

Segundo o deputado Eduardo Cabrita, o projecto-lei do PS pretende conceder incentivos fiscais “selectivos” à estrutura produtiva nacional, estendendo a possibilidade de deduções em sede de IRC a despesas de investigação e de desenvolvimento.

A proposta socialista autoriza benefícios fiscais a partir da realização de despesas com *design*, *marketing*, teste e certificação de protótipos, com acções de promoção internacional de novos produtos e com despesas de formação de técnicos e quadros de investigação, incluindo o financiamento de bolsas de doutoramento empresariais e com mestrados de iniciativa empresarial.

O diploma prevê também a concessão de um desconto de 0,5 por cento no IRC por cada registo



de patente efectuado pelas empresas, não só em Portugal, como também nos Estados Unidos e na União Europeia.

No entanto, o PS coloca como limite o registo de dez patentes (desconto máximo de 5 por cento em IRC), estabelecendo ainda como condição para o usufruto do benefício fiscal a necessidade de as empresas utilizarem o produto patenteado pelo menos por um período de quatro anos.

Se o projecto do PS for aprovado, uma empresa poderá pagar apenas 20 por cento de IRC (desconto de 10 por cento face à taxa actual) se

explorar dez patentes por si registadas e se comprovar ter um nível de investimento em investigação superior em 50 por cento à média do sector de actividade em que se encontra inserida.

Na conferência de Imprensa do passado dia 25, Elisa Ferreira declarou que os níveis de apoio público ao investimento empresarial em inovação cresceram sucessivamente entre 1995 e 2001, período de governação do PS, “após um período de estagnação entre 1990 e 1994”.

“Agora, com a mudança de Governo, registou-

se um notório desaparecimento das políticas de apoio à inovação, assistindo-se, inclusivamente, ao desaparecimento de centros de inteligência”, denunciou a vice-presidente da bancada socialista.

A ex-ministra do Planeamento acusou ainda o Executivo de Durão Barroso de “perder fundos comunitários” destinados à investigação, colocando o País numa situação de “enorme vulnerabilidade” em matéria de dependências de produção, recordando que a maioria parlamentar não tem acolhido bem as diversas iniciativas socialistas em prol da competitividade. Por seu turno, o deputado Augusto Santos Silva explicou que o diploma socialista enquadra-se na política de desenvolvimento para a ciência e tecnologia implementada pelo Governo de António Guterres, área onde “não deve perder-se o balanço”.

A ideia é alargar à iniciação de projectos inovadores e à sua patenteação um conjunto de incentivos fiscais, pelo que o parlamentar do GP/PS não encontra razões para que o Executivo chumbe o diploma socialista.

Advertindo que as políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento podem regressar este ano aos níveis de 2000, Santos Silva lembrou que “é a primeira vez que a dotação orçamental para as actividades científicas e tecnológicas sofre uma quebra, desde 1994”.

MARY RODRIGUES

EDITORIAL

A MENORIDADE DEMOCRÁTICA DA DIREITA PORTUGUESA

Mesmo que o telefonema do dr. Durão Barroso possa ter esclarecido os aspectos mais gravosos da vergonhosa operação montada pelo Governo e pela maioria parlamentar para tentar denegrir a imagem pública do secretário-geral do Partido Socialista, o assunto não deve ser considerado encerrado. Há lições a retirar deste processo tristíssimo, a principal das quais é o visível desconforto da direita com as regras da vida democrática.

O dr. Ferro Rodrigues era o ministro do Equipamento Social quando a administração do Metropolitano de Lisboa entendeu resolver o diferendo que mantinha com a empresa responsável pela construção do túnel do Metro do Terreiro do Paço. PSD e CDS-PP viram no facto a oportunidade para atacar pessoalmente o líder do principal partido da oposição, explorando demagogicamente o facto de a resolução daquele diferendo ter passado pela superação do litígio que as partes haviam mantido. Nem a circunstância de o novo ministro das Obras Públicas ter mantido em funções a administração do Metropolitano – assim sufragando a sua actuação – demoveu a maioria parlamentar.

A sucessão de comportamentos da direita foi absolutamente vergonhosa. Forçou, primeiro, a constituição de uma Comissão de Inquérito, apenas como manobra de diversão face às dificuldades por que passava o Governo, por causa do dr. Paulo Portas e da intromissão na Polícia Judiciária. Depois, quis manipular os trabalhos da comissão, chegando ao cúmulo de querer retirar conclusões antes mesmo de terminados esses trabalhos. Aprovou, contra todas as evidências, um pseudo-relatório parcial e politicamente dirigido. E, como se isto não bastasse, o ministro das Obras Públicas escondeu intencionalmente o parecer da Procuradoria-Geral da República que ele próprio havia pedido e que era desfavorável às pretensões do PSD e PP.

Manipular as comissões de inquérito para objectivos de ataque pessoal; servir-se da posse conjuntural de uma maioria para travestir em máscara de verdade a sua distorcida e interessada visão das coisas;

esconder da Assembleia da República e da opinião pública documentos essenciais, provenientes de entidades independentes, para permitir que prossiga um miserável «complot» – nada disto é aceitável, porque viola as regras mínimas de lealdade política e comportamento institucional. Mesmo que fosse só um episódio isolado, já seria muito grave. Mas não é. A direita tem repetidamente mostrado a sua falta de cultura democrática. Com a direita no poder, é preciso manter sempre viva a vigilância democrática.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Manipular as comissões de inquérito para objectivos de ataque pessoal; servir-se da posse conjuntural de uma maioria para travestir em máscara de verdade a sua distorcida e interessada visão das coisas; esconder da Assembleia da República e da opinião pública documentos essenciais, provenientes de entidades independentes, para permitir que prossiga um miserável «complot» – nada disto é aceitável, porque viola as regras mínimas de lealdade política e comportamento institucional.

CASO DO METRO NO TERREIRO DO PAÇO

PARECER DA PROCURADORIA ILIBA FERRO

A operação governamental que tentou liquidar politicamente o secretário-geral do PS no caso do Metro do Terreiro do Paço não alcançou os seus intentos, mas é bem reveladora do comportamento antidemocrático do Executivo que não teve outro remédio senão emendar a mão. O telefonema de Durão Barroso a Ferro Rodrigues não é mais do que a confissão de um grave e lamentável incidente político que em nada contribui para o bom relacionamento institucional entre Oposição e Governo.

Magnânimo, Ferro manifestou satisfação por Durão lhe ter telefonado para esclarecer questões referentes ao relatório que a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Executivo, ilibando o líder do PS de responsabilidades no caso do Metro do Terreiro do Paço.

Em declarações à Imprensa proferidas à margem do encontro de autarcas socialistas, que decorreu sábado, em Santarém, o secretário-geral referiu que o primeiro-ministro lhe tinha garantido total desconhecimento de “tudo o que se tinha passado” e não haver “nenhum objectivo de perseguição pessoal” neste caso.

Nas explicações de Barroso, o problema colocado pelo parecer da Procuradoria “tinha mais a ver com o futuro do que com esta questão imediata do Metro”.

Ferro Rodrigues destacou o “gesto democrático” do chefe do Executivo, ressaltando que não deixou passar a

oportunidade para dizer ao primeiro-ministro que o comportamento das bancadas do CDS e do PSD tinha sido “totalmente inaceitável”, uma vez que concluíram no relatório da comissão de inquérito pelas ilegalidades do anterior governo socialista.

Ferro disse esperar que o a maioria não passe agora a gastar milhares de contos em pedidos de pareceres jurídicos para, meramente, contrariar o parecer do conselho consultivo da PGR.

No calor da polémica, Ferro Rodrigues foi duro nas palavras: “No dia em que parte do PSD, do CSD/PP e do Governo lançaram uma campanha contra mim, foi um dos dias em que mais fiquei indignado. Todos se recordarão do que se passou no fim desse dia. O que se passou, com a sonegação de informação fundamental à Assembleia da República, feita pelo Governo, com conhecimento do principal partido da maioria vem apenas confirmar três coisas que são claras”.

“Em primeiro lugar, esta foi uma operação de tentativa de liquidação política do secretário-geral do PS, em que tudo valeu, desde insinuações até acusações sem fundamento e que culminou por esta desconsideração à comissão de inquérito e à Assembleia da República”, disse.

“Em segundo lugar, confirma-se que a minha declaração da comissão sobre a minha actuação e sobre a administração do Metro foram completamente verdadeiras e

responderam à necessidade de se dar solução a um problema muito grave que a cidade de Lisboa tinha, o que é confirmado, não apenas pela PGR, mas também pelo facto, que considero positivo, da administração do Metro continuar, com este Governo a ser a mesma, o que quer dizer que o Governo considera que actuou bem. De outra forma nada disso faria sentido”, disse o secretário-geral do PS, que foi o ministro do Equipamento responsável pelo processo de resolução do túnel do Metro.

O líder socialista afirmou ainda que “em terceiro lugar, confirma-se que a maioria aprovou conclusões de um inquérito parlamentar que são contraditórias com a verdade. Essas conclusões são juridicamente erradas, politicamente nulas e eticamente condenáveis”.

Entretanto, na passada reunião de conferência de líderes parlamentares, o PSD, o CDS e o Governo furtaram-se a abordar a marcação do debate sobre esta matéria que, a semana passada, foi adiado devido à revelação do referido documento.

Só quando os socialistas levantaram o assunto é que o PSD afirmou que, na próxima conferência, Guilherme Silva, presidente da bancada laranja, falaria sobre o tema.

Anteriormente, já o líder da bancada socialista tinha colocado em dúvida o processo seguido pelo parecer, desde que este saiu da Procuradoria-Geral da República até chegar ao Parlamento. Processo tanto

mais estranho na medida em que o documento foi dado a conhecer em primeira mão ao presidente do grupo parlamentar do PSD, Guilherme Silva, conforme revelou, aliás, aos microfones da TSF, enquanto a Ferro Rodrigues e ao líder do GP/PS era sonegada esta relevante informação pelo ministro Valente de Oliveira.

António Costa frisou que o parecer do Conselho Consultivo da PGR acabava por “destruir completamente o relatório da comissão parlamentar de inquérito ao acidente no metropolitano do Terreiro do Paço”, uma vez que conclui que o ex-ministro socialista do Equipamento Social “não devia interferir na autonomia administrativa” da empresa Metropolitano de Lisboa.

Assim, reafirmou, “Ferro Rodrigues não podia ser responsabilizado por ter autorizado que o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa desistisse de recorrer a vias judiciais contra o consórcio construtor da estação de metropolitano do Terreiro do Paço”, a Metropaço, defendeu Costa.

Recorde-se que toda esta situação decorre da justa indignação de Ferro Rodrigues ao facto de o Governo ter guardado durante dois meses um parecer da PGR que o ilibava de responsabilidades no caso do acidente no túnel do Metro do Terreiro do Paço, documento que só foi tornado público na passada sexta-feira após insistentes pedidos por parte do deputado Vera Jardim.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

NOVA DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR PREJUDICA AUTARQUIAS

Contradições e ambiguidades minam os discursos sobre autonomia e descentralização da gestão escolar, bem como as normas e as práticas correntes do universo da administração educativa. Foi esta a principal conclusão de um colóquio promovido pela Secção de Educação da FAUL, na passada quinta-feira.

A iniciativa dos socialistas de Lisboa, que decorreu no auditório da Assembleia da República, inscreve-se num ciclo de debates que visam uma "reflexão aberta" sobre "temas essenciais para o futuro da Educação em Portugal".

Trata-se ainda de "analisar o caminho que o Governo tem vindo a delinear quanto à gestão das escolas e à transferência de competências para os municípios".

A sessão, moderada pela deputada do PS Ana Benavente, contou com a participação de António Sousa Fernandes (docente universitário especialista em Administração Escolar), Joaquim Raposo (presidente da Câmara da Amadora), Carlos Figueira (presidente de Conselho Executivo) Óscar Soares (professor sindicalista), entre outros educadores, técnicos, pais e autarcas.

Sousa Fernandes convidou o PS, num tempo em que "não está no poder nem sob pressão da decisão imediata", a reflectir sobre a "erosão que se verifica nos princípios centrais do regime democrático a nível do sistema normativo e nas práticas administrativas [na Educação], cujas leituras burocráticas multiplicam-se pelo País fora".



Segundo o académico, importa, igualmente, levar em linha de conta "as resistências culturais e corporativas", bem como "as experiências de práticas inovadoras" fundamentais para se introduzir "processos de mudança consistente e duradouros". O especialista em Administração Educativa referiu-se ainda à ambiguidade e às confusões que dominam os discursos sobre descentralização e autonomia, que muitas vezes empregam indistintamente, e com pouco rigor, termos como desconcentração,

descentralização de competências e de custos, descentralização selectiva, institucional e territorial.

A propósito da autonomia, Sousa Fernandes falou de uma "certa imposição de regras e modelos de regulamentos", apontando também para "a sobreposição de competências" e para os "vazios legais e conflitos de poderes" que dela decorrem.

Por sua vez, o edil da Amadora chamou a atenção para as dificuldades que Câmara Municipal sente ao gerir o problema das escolas

do concelho, e para os apoios de várias ordens ministrados pela autarquia, incluindo o estabelecimento de ligações entre a instituição familiar e educativa.

Sublinhando a urgência de se implementar o programa de reintegração ao ensino das crianças carenciadas num prazo de três anos, Joaquim Raposo criticou as "novas descentralizações" propostas pelo Executivo, explicando que elas não conferem mais poder de decisão para as câmaras, e sim mais custos e esforços sem apoios.

"Este pacote descentralizador que o Governo publicita não significa transferência de competências, mas transferência de problemas para as autarquias".

Ao longo do debate organizado pela FAUL ficou claro um sentimento geral de que, em Portugal, a descentralização educativa é excepção e não regra, reclamando-se que para que as expectativas de mudança na participação do poder local na gestão escolar não sejam goradas é preciso mudar também o sistema.

Neste sentido, os dinamizadores da sessão de debate sobre "Descentralização e Gestão das Escolas" concluíram que esta vive "subjugada à rigidez da regulamentação" e que uma eficiente administração educativa passa por uma estratégia de conquista permanente de autonomia, o que, por sua vez, acarreta tanta mais responsabilidade quanto poder, carecendo, por isso, de mecanismos de avaliação internos e externos.

MARY RODRIGUES

CONCELHIA

MILITANTES DE LISBOA AFIAM CARTAZES CONTRA PORTAGENS NA CREL

A Concelhia de Lisboa do PS lançou uma campanha de afixação de cartazes de protesto contra a reposição das portagens na Circular Regional Externa de Lisboa (CREL).

"Queremos manifestar a estranheza e preocupação pelo facto de o presidente da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, ao contrário do que fez o autarca de Sintra, apoiar esta medida do Governo que sacrificou especialmente a cidade de Lisboa", explicou o presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, Miguel Coelho.

"Por causa das portagens da CREL, são mais 12.000 carros na Segunda Circular e Santana Lopes aplaude", é a mensagem que consta nos "outdoors" que estarão afixados durante um mês.

Segundo Miguel Coelho, é preciso que as pessoas compreendam porque razão a sua vida



está agora mais complicada e, mesmo assim, a Câmara de Lisboa continua a apoiar a decisão do Governo.

Recorde-se que a decisão governamental de introdução de portagens na CREL já teve como consequência a diminuição do tráfego diário

naquela via em cerca de 25 por cento, com a consequente sobrecarga na já mais que saturada Segunda Circular.

FÓRUM DE SANTARÉM

NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO PARA O PODER LOCAL

O Partido Socialista está a preparar um novo modelo de gestão para o poder local que passa pela reformulação do actual sistema de financiamento dos municípios, mediante a diversificação do mesmo e a contenção da despesa. As linhas orientadoras do documento que o PS apresentou ontem na Assembleia da República foram avançadas pelo secretário-geral, no encerramento do Fórum Autárquico que, sábado à tarde, se realizou no grande auditório do Centro de Exposições e Mercados Agrícolas de Santarém.

As autarquias são um dos seus três alvos de ataque do Governo (a par dos jovens e da função pública), acusou Ferro Rodrigues, que perante mais de um milhar de autarcas socialistas avançou com algumas das ideias do novo modelo de financiamento dos municípios que está a ser preparado por uma equipa liderada pelo coordenador do partido para esta área, Jorge Coelho.

Bem atento à realidade do País, o líder do PS avisou que a "actual conjuntura política, económica e financeira, e os seus desenvolvimentos a médio prazo, põem em causa as bases tradicionais do financiamento autárquico", assente nas transferências do orçamento de Estado e em receitas na sua maioria provenientes de operações urbanísticas.

"Temos de exigir ao Governo que não trate os municípios como entidades menores, que



necessitam de um chicote ou de paternalismo", afirmou, Ferro, que de seguida propôs a realização anual de encontros de autarcas socialistas.

No âmbito dos modelos de gestão, o líder do PS disse ser urgente "desafiar todos os partidos a apresentarem propostas concretas" que confluam "na racionalização de custos, na recuperação da confiança dos cidadãos e numa

maior transparência dos custos municipais". O modelo gizado pelo PS "recusa novos impostos locais e o aumento global da despesa pública", explicou Ferro, para quem a proposta socialista "não é despesista, nem serve para tirar mais capacidade aos eleitores das autarquias".

O secretário-geral do PS referiu, nomeadamente, a adaptação do novo sistema da tributação das mais valias resultantes das

operações urbanísticas, incluindo um conjunto de aspectos como a avaliação dos prédios rústicos e urbanos, "que tem de ter outra equidade".

Ferro propôs também a majoração das taxas das operações de expansão urbana contra a redução das taxas dos projectos de reconstrução e de requalificação, o alargamento da base de incidência de taxas a

PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA O PODER LOCAL

- Maior capacidade de participação dos municípios na fiscalização de impostos locais;
- Diversificação de financiamentos autárquicos;
- Nova racionalidade na avaliação dos prédios rústicos e urbanos (novo sistema de mais-valias);
- Redução das taxas para projectos de requalificação e reconstrução;
- Instituição de taxas diferenciadas;
- Promoção da participação das câmaras nas negociações do futuro quadro comunitário;
- Reforço do papel das freguesias e instituição de novas competências;
- Revisão da lei dos solos.



aplicar pela utilização do domínio público, nomeadamente em grandes utilizadores de infra-estruturas.

O líder socialista sugeriu ainda taxas diferenciadas para quem tem objectivos de desenvolvimento e investimento de alcance social, como as instituições de solidariedade social ou as empresas que utilizam tecnologia de ponta; e uma maior capacidade de fiscalização para redução da evasão fiscal, designadamente nos impostos locais (caso das segundas habitações declaradas como primeiras habitações).

Promover uma maior participação das autarquias nas negociações do IV Quadro Comunitário de Apoio, estabelecer mais parcerias público-privadas, reforçar o papel das freguesias, dando recursos adequados a novas competências, diversificar as bases de financiamento e rever a lei de solos foram outras propostas avançadas por Ferro Rodrigues, que reafirmou a defesa da limitação dos mandatos executivos públicos.

No discurso que proferiu, Ferro foi ainda muito crítico em relação às políticas do Governo, que, denunciou, "estão a arrastar a economia e milhares de famílias para a rua da amargura". Para o secretário-geral socialista, a forma como o Executivo diz ter resolvido o problema do défice público, recorrendo a operações que, quando na oposição, declarava como sendo de "lesa Pátria", é "irrepetível", esperando para ver como será resolvido o problema das finanças públicas, já que a despesa primária, "o monstro como lhe chamou o professor Cavaco Silva", cresceu dez por cento em 2002. Acusando o Governo de direita de "nunca assumir as suas responsabilidades", Ferro Rodrigues refutou as referências constantes à "herança" recebida, sublinhando que quando o PS deixou o poder, "Portugal tinha



uma das maiores taxas de emprego da União Europeia" e era grande o dinamismo do investimento público.

Governo anda a brincar com o poder local

Na abertura do Fórum Autárquico do PS, subordinado ao tema "O Estado do Poder Local", Jorge Coelho, além de não poupar críticas à política dita de descentralização seguida pelo Governo, que qualificou de "brincadeira", acusou também o Executivo de colocar em causa "o bom nome" de Ferro Rodrigues.

Na sua intervenção, muitas vezes interrompida pelos aplausos dos mais de um milhar de autarcas socialistas de todo o País que enchiam por completo o auditório do CNEMA, o coordenador do PS para as Autarquias salientou que o partido "deve ter como preocupação central fazer política para servir os portugueses". Salientando que "o PS tem muito orgulho no trabalho dos seus autarcas", Jorge Coelho convidou os autarcas e militantes do partido a trabalharem ainda com mais afinco para que "o PS passe a ser o maior partido", de forma a que "Portugal seja um país mais desenvolvido e solidário".

Por outro lado, o dirigente socialista disse que Ferro Rodrigues foi "vítima de uma campanha de desgaste" a propósito do acidente do metro do Terreiro do Paço, considerando "inqualificável" que a maioria no Governo tenha "escondido" durante dois meses o parecer da Procuradoria-Geral da República que isenta o secretário-geral do PS na questão das obras do metro.

"Na política não pode valer tudo, é preciso haver regras de conduta e respeito entre as pessoas", disse, acrescentando: "Quem está hoje no poder ainda não percebeu bem o que é a democracia em Portugal, ainda não percebeu que há que ter respeito pelos outros, ainda não percebeu bem que tanto faz estar no poder como na oposição, cada um tem o seu papel".

Durante a sua intervenção, Jorge Coelho fez fortes críticas à postura do Governo em relação ao poder local, salientando que o Executivo de direita "está a tentar vender a imagem de que as autarquias são gastadoras".

Ao contrário do que pensa o Governo, disse, "as câmaras municipais e as juntas de freguesia são fundamentais para a construção de um Portugal melhor".

Quanto à propalada política de descentralização do Governo, que classificou de "brincadeira pegada", Jorge Coelho usou da ironia ao sublinhar algumas transferências de competências para os municípios de "questões tão importantes", como, por exemplo, venda ambulante de lotarias, fogueiras e queimadas, arrumadores de automóveis e licenças para elevadores.

Perante este cenário, Jorge Coelho exclamou: "Chega de brincadeira: o Governo não pode continuar a brincar com o poder local".

Quanto às propostas pelo Governo no domínio da descentralização, como as áreas

VILA FRANCA DE XIRA

AUTARQUIAS VIVEM O MOMENTO MAIS DIFÍCIL DESDE AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

De que forma é que os cortes orçamentais e as limitações de endividamento impostos pelo Governo estão a afectar as actividades das autarquias, nomeadamente no município de Vila Franca de Xira?

As autarquias vivem um momento particularmente difícil, que é o mais complicado desde as primeiras eleições. Este pacote de descentralização de novas competências deve ser bem reflectido porque só deverá ser aceite desde que os meios correspondentes lhe estejam associados. Há descentralização de competências de pequena e de grande monta, e no caso das de grande monta, como são os equipamentos nas áreas da educação e da saúde, entre outras, é preciso fazer uma discussão muito séria porque os compromissos que os próprios autarcas assumiram quando se candidataram em 2001 estão nesta altura a ser alterados. Por isso, entendemos que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses deve pedir ao Governo uma discussão mais aprofundada, nomeadamente no que respeita



à necessidade de uma dilação de alguns prazos de entrada em vigor de alguns diplomas, de forma a dotar os municípios de condições para assumir os compromissos entretanto assumidos. É necessário chamar a atenção para o facto de que há competências que exigem uma reestruturação dos serviços, para a qual muitos municípios não estão preparados. Não podemos esquecer que os municípios não têm todos a mesma dimensão, nem todos a mesma estrutura administrativa e que a transferência de competências é praticamente unilateral.

Perante este cenário, que papel está reservado à Junta Metropolitana de Lisboa?

A Junta reuniu ainda esta semana para abordar esta matéria e pediu com carácter de urgência uma reunião ao Governo, que julgo vai ser marcada para breve. Nesta reunião vão participar o secretário de Estado da Administração Local e outros responsáveis. Só depois dessa reunião avançaremos com uma posição política de fundo.

metropolitanas, as comunidades urbanas e mais recentemente as comunidades intermunicipais, classificou-as como um "bluff" e um "logro", adiantando que o PS "irá apresentar um modelo de descentralização a sério".

Sobre o Fundo de Coesão, o dirigente socialista disse que "há uma desarticulação total do Governo nesta área", o que originou, para já, a perda de um terço das verbas deste fundo para Espanha, e "teme-se o pior".

"Este Governo não tem rumo, nem direcção", disse, acrescentando que "Durão Barroso devia ter falado verdade, isso é que era coragem política".

A terminar a sua intervenção no Fórum Autárquico, iniciativa de que foi o principal responsável, Jorge Coelho reafirmou a sua admiração e confiança no trabalho dos autarcas socialistas que "vão dar luta às políticas do actual Governo e combater para que Portugal seja um país mais moderno e solidário".

Por sua vez, Mesquita Machado acusou o Executivo de Durão Barroso de camuflar uma verdadeira descentralização de custos com uma aparente desconcentração de competências. "Sempre que o PSD foi governo em Portugal o poder local teve dias negros", lembrou o presidente da ANA/PS, para quem a actual situação não é excepção à regra, uma vez que "a legislação que eventualmente será aprovada pela maioria parlamentar de direita sobre esta matéria não traz nada de novo".

Sobre a limitação de mandatos executivos, Mesquita Machado juntou a sua voz à de Mário de Almeida, manifestando-se contra.

É que "o presidente de câmara não é um órgão, é um dos elementos do órgão" e se houver a tentação de equiparar os autarcas aos gestores da administração central, "então não valerá mesmo a pena ser eleito", concluiu.

Por sua vez, Pedro Ribeiro, presidente interino



da Associação Nacional dos Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS), sublinhou que os militantes da JS eleitos para as autarquias "continuarão a ser pólos dinamizadores de novas políticas e novas abordagens, de forma a estabelecer laços de confiança entre eleitos e eleitores".

Depois de referir que deve haver uma aposta muito clara na qualidade de vida e na reabilitação urbana, Pedro Ribeiro considerou que "bons autarcas" serão os que "mais e melhores serviços prestem às populações após o fim dos fundos comunitários" e ainda aqueles que "não cedendo ao populismo eleitoral, possam disponibilizar os meios financeiros necessários para a realização das iniciativas necessárias ao bem-estar das

populações nas mais diversas áreas".

A JS, frisou, "é a favor de um poder local com os meios necessários para exercer as suas competências", no quadro de "uma efectiva política de descentralização".

Governo desdenha da autonomia das autarquias

Rui Barreiros, presidente da Câmara de Santarém, na sua qualidade de anfitrião do encontro na "terra de Salgueiro Maia" como fez questão de sublinhar, começou por dar as boas-vindas aos autarcas socialistas, fazendo votos que neste Fórum "o PS inicie a caminhada que transforme Portugal num país melhor". Numa intervenção em que enalteceu as virtudes

do poder local e a acção dos autarcas socialistas, Rui Barreiros afirmou que o poder local democrático "é a realidade mais palpável saída do 25 de Abril, sendo inegável o salto que o País deu em bem-estar e qualidade de vida das populações".

O presidente da Câmara de Santarém salientou, por outro lado, a importância política dos autarcas do PS na "divulgação dos nossos ideais, devido a "estarem mais perto das populações".

E referiu também que os autarcas socialistas "têm um modo diferente de fazer política, porque as preocupações sociais ocupam o lugar cimeiro na sua actividade". Rui Barreiro acusou ainda o Governo de desdenhar da autonomia das autarquias.

Já Nelson Baltazar, presidente da Federação de Santarém, acusou o Governo de estar a asfixiar o poder local, salientando que os autarcas estão cerceados no acesso aos financiamentos, o que os impede de recorrerem a muitos dos fundos comunitários postos à sua disposição.

Outro dos intervenientes no Fórum Autárquico foi Mário Almeida, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, que também teceu duras críticas ao Governo, nomeadamente à sua propagandeada política de descentralização.

"O Governo não cumpre com as promessas que fez aos portugueses e faz tudo ao contrário", disse.

"Prometeu mais emprego, mas o desemprego subiu, prometeu um choque fiscal e assistimos ao aumento de impostos", acrescentou.

Quanto à política de descentralização, Mário Almeida disse que o Governo está a transferir competências para os municípios sem os correspondentes meios financeiros, manifestando a sua indignação pelo facto do Executivo estar a passar para as autarquias responsabilidades em questões como, por



AMADORA

GOVERNO PÕE EM CAUSA PROJECTO DE HABITAÇÃO SOCIAL

De que modo é que os cortes orçamentais impostos pelo Governo estão a afectar as realizações da Câmara da Amadora?

Os cortes orçamentais impostos pelo Governo e as limitações daí decorrentes estão a afectar e muito a actividade da Câmara da Amadora, em particular no que respeita à habitação social. Há um contrato-programa assinado com o Governo que se estende até 2009 e que prevê a construção de 6400 fogos. Com as limitações impostas pelo Governo está em causa a conclusão deste projecto, que consideramos fundamental e prioritário.

Há, por outro lado, um conjunto de protocolos assinados com o Governo nas mais diversas áreas que têm de ser cumpridos. Não há também verbas do PIDDAC, desaproveitando-se assim

fundos importantíssimos. Se o Governo é uma pessoa de bem tem de respeitar os compromissos assumidos.

Qual a sua opinião sobre o recente pacote de descentralização anunciado pelo Governo?

Trata-se de um pseudo-pacote descentralizador, que se traduz numa mão-cheia de nada e de problemas para as autarquias. Esta ofensiva contra o poder local, a par de outras, é de tal forma violenta que eu quase diria que se está a assistir a um certo acomodar de alguns autarcas perante estes graves problemas. É preciso reagir com mais veemência e mostrar o nosso descontentamento perante um governo que tão mal trata o poder local.

exemplo, os elevadores dos prédios, o ruído e as pedreiras, que só e apenas trarão problemas às câmaras.

Mário Almeida criticou ainda as limitações impostas ao investimento, nomeadamente no que respeita à habitação social e manifestou-se contra a limitação de mandatos dos autarcas.

Na sua intervenção, o antigo presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses realçou ainda "a atitude completamente diferente" dos governos do PS e do PSD em relação às autarquias. "Nunca como nos seis anos de governação socialista houve tanta transferência de competências do poder central para o poder local, bem como tantos meios financeiros colocados à disposição das autarquias".

Autarquias são escola de formação cívica e democrática

"As autarquias são a forma mais directa do exercício da democracia", sublinhou José Ernesto, presidente da Câmara Municipal de Évora, acrescentando que as autarquias "são a grande escola de formação cívica e democrática".

Na sua intervenção, José Ernesto afirmou que "os autarcas não podem ser os bodes expiatórios da incompetência do Governo e da crise que vivemos", salientando: "os autarcas são pessoas de acção, nós sentimos como ninguém o que é uma promessa não cumprida".

"As autarquias são casas de trabalho, não são



feiras de vaidade", disse.

O autarca de Évora foi particularmente crítico para com o discurso enganador do primeiro-ministro, referindo que "enquanto Durão Barroso vem dizer que as autarquias são essenciais, vemos as câmaras sem poder realizar as suas obras e promover desenvolvimento".

José Ernesto referiu ainda que é no PS "que os portugueses se revêem na luta por melhores

condições, e apontam como referência daquilo que é justo".

Gestão dos fundos comunitários é danosa

O facto de o Governo não estar a aproveitar os fundos comunitários centrou a intervenção de Elisa Ferreira. Classificando de "profundamente danosa" a "ligeireza" com que esses recursos

estão a ser geridos, a vice-presidente da bancada parlamentar do PS, participou no encontro de autarcas socialista, onde denunciou que das quotas do fundo de coesão para 2002 foram aprovados apenas 153 milhões de euros, "menos 86 por cento" que no ano anterior.

"Um país que perde dinheiro assim está sem rei nem roque", disse, frisando que nesta matéria o "improvisado é a norma", não havendo quem se responsabilize pela gestão "complexa" destes fundos.

Em relação ao fundo de coesão, que se destina a projectos de infra-estruturas, ambiente e acessibilidades, a maioria de direita conseguiu comprometer "apenas pouco mais de um terço daquilo a que tinha direito a fundo perdido para infra-estruturar o País", afirmou a parlamentar socialista, para quem isso teve como consequência o reforço das verbas para a Espanha.

"Recuperar essa verba implicará gastar este ano os 450 milhões de euros a fundo perdido a que o País tem direito mais o que ficou do ano anterior", alertou.

Elisa Ferreira disse não acreditar que tal coisa vá acontecer, recordando de seguida que em 2000 foram aprovados 16 grandes projectos, em 2001, 23 e em 2002 apenas seis.

Quanto à outra fonte de fundos comunitários, o terceiro QCA, a deputada socialista advertiu que Portugal vai perder dinheiro em Saúde, "o que é uma coisa verdadeiramente inacreditável num país que não tem dinheiro para a sua política de saúde".

Elisa Ferreira criticou ainda a legislação que o

ÉVORA

ACÇÃO DEVASTADORA DO GOVERNO SOBRE OS MUNICÍPIOS

Muito se tem falado das políticas restritivas do Governo para com as autarquias. Como tem vivido a Câmara de Évora essa asfixia do poder local?

Temos vivido a actual situação de uma forma quase dramática. A Câmara Municipal de Évora tem um projecto claro de melhoria da qualidade de vida da população, traduzido em acções concretas no domínio da habitação social, da criação de condições para o desenvolvimento económico e geração de emprego, do reforço da política de juventude e de animação na cidade, que é, como se sabe, património histórico e mundial.

Todas essa nossa intervenções são evidentemente prejudicadas, mesmo postas em causa, pela acção governamental, que não só limita os créditos às autarquias, como também cria todo o género de dificuldades, mediante medidas de difícil compreensão no que respeita à captação dos fundos comunitários, tendo em vista a execução dos nossos projectos.

Neste cenário, é natural que as autarquias se ressentam significativamente, sobretudo aquelas que atravessam problemas económicos, como é o caso de Évora.

Portanto, pode considerar-se que, em relação



aos municípios, este Governo tem sido muita parra e pouca uva. Muita conversa, muita vontade descentralizadora, muito respeito para a acção das autarquias e do poder local, mas, na prática, uma objectiva acção devastadora sobre as potencialidades municipais para a resolução dos problemas do País.

Quais as alternativas de financiamento para as autarquias que podem ser avançadas?

Sem dúvida nenhuma que é necessário encontrar um novo modelo de financiamento para o poder local, curando todas as potencialidades que a actual lei, fundamentalmente socialista, ainda contém. Por outras palavras, não é preciso mudar a lei das finanças locais, o que é necessário é aprofundá-la e criar condições para que através daquilo que, numa sociedade democrática e num Estado de Direito, é a fonte mais legítima de geração de receitas, ou seja, através da matéria fiscal, conseguirmos que as autarquias, no âmbito das suas competências vejam reforçados, por um lado, os seus meios financeiros e, por outro lado, possam, com eles, resolver problemas concretos da população.

Governo está a preparar para a criação de comunidades urbanas e intermunicipais, alertando para o risco de “desorganização” do modo como os municípios estão habituados a funcionar.

“O que vai acontecer é que o Governo vai ficar com capacidade de fazer o que quiser com quem quiser”, disse, chamando a atenção para a impossibilidade de, nas novas estruturas, defender as autarquias mais frágeis e de evitar abusos de posições dominantes em termos partidários.

“Aquilo que era necessário em Portugal era uma reorganização da Administração Central e dos seus serviços, segundo uma malha que deveria ser discutida e estabilizada”, sugeriu, sublinhando que o poder local já provou que é capaz de se organizar.

“Desorganizar a organização dos municípios, legitimando artificialmente posições dominantes de municípios, ou mais fortes ou mais dominadores em termos partidários, é um risco total”, concluiu.

Segundo Elisa Ferreira, para o Executivo “já não basta fazer mal, é preciso destruir o que foi bem feito”.

Pacote descentralizador é presente envenenado

Do distrito de Viana do Castelo fez-se ouvir o município de Melgaço através do seu presidente, eleito com maiorias absolutas desde o 25 de Abril de 1974.

Rui Solheiro referiu-se aos fundos comunitários e aos obstáculos que o Governo tem colocado às autarquias na aplicação dos mesmos, obrigando-as a recorrerem créditos, como foi o



caso da rede local de abastecimento de águas. “O Governo suspendeu a Lei das Finanças Locais”, acusou o edil, exigindo a criação e implementação de “legislação apropriada para as câmaras servirem as suas populações”.

Depois de denunciar os ataques de que são vítimas autarquias e autarcas, Solheiro, acusou o Executivo do PSD/PP de alterar as regras do jogo, impedindo uma boa execução das políticas locais.

Na mesma linha de pensamento enquadrou-se a intervenção do edil de Cabeceiras de Basto,

que sublinhou os cortes orçamentais para o distrito de Braga, no ano passado e em 2003, denunciando igualmente a redução, na ordem dos 28 por cento das verbas do PIDDAC.

Joaquim Almeida Barreto disse que o actual Governo “não só não é isento, como dificulta a vida autárquica”, exemplificando com alguns efeitos “perversos” que, segundo afirmou, já se fazem sentir em sectores elementares da vida das populações como são a educação, cultura, ambiente, empresas e comércio tradicional.

“Com este Governo, sem ideias e sem rumo,

todos seremos prejudicados”, avisou, sendo secundado nesta visão realista pelo autarca de Ponte de Sor, para quem o “pacote descentralizador do Governo é um presente envenenado”.

João Taveira Pinto, em representação do distrito de Portalegre, referiu-se à actual conjuntura como “o momento mais difícil do poder local em Portugal” desde a Revolução de Abril e defendeu uma “fiscalização rigorosa das contas desde o primeiro ao último dia”, mas não só nas autarquias, senão “a todos os níveis” da administração pública.

Por outro lado, o presidente da Câmara de Ponte de Sor defendeu uma visão não caritativa dos apoios do Governo aos municípios.

“O Executivo deve ajudar as autarquias, não com esmolas, mas com reconhecimento ao mérito destas”, disse, exigindo “uma carta estratégica para o distrito” e defendendo que é preciso saber identificar as potencialidades de cada região para se fazer uma optimização dos investimentos.

Por último, este autarca alentejano instou o Governo e a oposição ao diálogo construtivo por forma a que se projectem e apliquem “políticas comuns” para um “desenvolvimento integrado das diferentes regiões do País”.

No encontro dos autarcas socialistas houve também lugar a uma sentida homenagem a Aires de Carvalho, o recém falecido deputado socialista, grande obreiro da vitória autárquica do PS no bastião comunista do Barreiro, a quem foi reconhecida a sua “irreverência, lucidez e frontalidade” enquanto “interventor e enorme militante”, como foi apelidado pelo edil deste município, o camarada Emídio Xavier.

J.C. CASTELO BRANCO/MARY RODRIGUES



PODER LOCAL

PS PROPÕE REVISÃO DA LEI DOS SOLOS E NOVO SISTEMA DE TRIBUTAÇÕES NAS AUTARQUIAS

O Partido Socialista desafiou o Governo de direita a estabelecer um diálogo com todas as forças políticas com vista a encontrar-se um novo modelo de gestão do Poder Local.

O deputado Jorge Coelho apresentou, no período de antes da ordem do dia dos trabalhos parlamentares da passada quarta-feira, propostas para a revisão do sistema de administração autárquica, defendendo mudanças na lei de solos e no sistema de tributação de mais valias resultantes de tributações urbanísticas.

Na sua intervenção, o coordenador do PS para as autarquias alertou, mais uma vez, para a "gravíssima crise económica e social" que se vive no País, a qual se estende também aos municípios. "Ao impedir o recurso das autarquias ao crédito, nomeadamente para a construção de habitação social e para financiar obras com apoios comunitários, o Governo gerou uma situação de paralisia" nas obras camarárias, afirmou Coelho. "Parou a construção de casas para milhares de famílias a quem tinham sido prometida habitação. Equipamentos culturais, sociais, de saúde, educativos, pavilhões, centros de dia, tudo está em causa neste momento", reafirmou.

Como alternativa, Jorge Coelho introduziu um conjunto de princípios que, garantiu, "não aumentarão a despesa pública de Portugal" e "melhorarão os meios de funcionamento do Poder Local". Entre outras propostas, o parlamentar do PS defendeu o alargamento da base de incidência a aplicar pela utilização do domínio público - nomeadamente por parte dos grandes utilizadores de infra-estruturas - e a instituição de taxas diferenciadas em benefício de entidades ligadas à solidariedade social ou a tecnologias de ponta. Com a revisão da lei de solos, Jorge Coelho defendeu a possibilidade de as autarquias adquirirem terrenos essenciais "à materialização das suas competências exclusivas" na esfera da habitação social, do equipamento desportivo, na



saúde e na protecção social. O deputado considerou necessário fazer a denúncia clara do "flop" que está a ser o tão apregoado processo de descentralização do Executivo que não obedece a um estratégia coerente e sólida, desagregando, antes, por completo a matriz de organização do espaço nacional. "Criam-se áreas metropolitanas, comunidades urbanas que só servem para atrair os menos informados, pois não tendo nem meios, nem funções, nem obedecendo a qualquer critério racional que induza à sua constituição, levam os autarcas e a sociedade a olhar de soslaio para esta grande reforma", disse. Coelho criticou severamente as recém-anunciadas alterações nas Comissões de Coordenação Regional, acusando o Executivo de Durão Barroso optar por um "populismo serôdio" em vez de

apostar numa gestão racional horizontal das políticas sectoriais.

"Dizer que há uma democratização no novo modelo de funcionamento das CCR em que o novo presidente é nomeado pelo Governo, mediante escolha de um conjunto de três nomes indicado por conselhos consultivos, onde o PSD sabe que tem maioria e nomeando o Executivo mais três vice-presidentes sem perguntar nada a ninguém, é a mesma coisa que admitir que há submarinos à vela", observou.

Em jeito de conclusão, Jorge Coelho sublinhou a necessidade de se preservar a energia de um sector que "desde o 25 de Abril tem sido dos mais dinâmicos da sociedade portuguesa", defendendo uma outra política, "geradora de progresso, modernidade e solidariedade".

MARY RODRIGUES

MEDIDAS DE MODERNIDADE

Princípios-base das propostas socialistas para a modernização do modelo de gestão do Poder Local:

- Cumprimento integral da Lei de Finanças Locais;
- Adopção de um novo sistema de tributação das mais valias resultantes de operações urbanísticas, criando-se assim mais justiça social;
- Promover outro processo de avaliação dos prédios rústicos e urbanos, com mais racionalidade e equidade. Pretende-se aqui evitar que um novo apartamento, simples e funcional, seja mais onerado que as moradias valiosas, e que as grandes quintas estejam praticamente isentas;
- Majorar as taxas a aplicar nas operações de expansão urbana e reduzindo-as nos projectos de reconstrução e requalificação;
- Alargar a base de incidência das taxas a aplicar pela utilização do domínio público, nomeadamente por parte dos grandes utilizadores de infra-estruturas;
- Instituir taxas diferenciadas, de modo a prosseguir objectivos de desenvolvimento e investimento de alcance social;
- Criar condições para uma maior participação das autarquias na fiscalização, tendente a reduzir a evasão fiscal, nomeadamente no que diz respeito aos impostos;
- A aplicação do POCAL em todos os municípios e freguesias, como importante instrumento de gestão e determinante na racionalização da gestão;
- Promover uma maior participação das autarquias nas negociações do futuro quadro comunitário, nomeadamente nos programas de interesse regional;
- Estabelecer parcerias público-privado, nomeadamente nos modelos de *project-finance*, em domínios como a construção e exploração de infra-estruturas (parques de estacionamento, parques metro, recolha e tratamento de resíduos sólidos);
- Adaptar à transferência de novas competências os recursos adequados, reforçando também o papel das freguesias;
- Assumir o papel do Fundo de Gestão Municipal como elemento fundamental de combate às assimetrias, revendo os critérios de repartição desta verba originária do Orçamento de Estado;
- Diversificar as bases de financiamento, nomeadamente as obrigações autárquicas, indexadas a projectos co-financiados pelos fundos comunitários e/ou alargamento dos passivos actuais, sem pôr em causa as modalidades de financiamento actualmente existente;
- Criar uma entidade que avalie as emissões de obrigações com estatuto de garantia mútua e que possam gozar de benefícios fiscais;
- Rever a Lei de Solos de forma a permitir às autarquias a aquisição de solos essenciais à materialização das suas competências exclusivas, nomeadamente habitação social, equipamento desportivo, saúde e protecção social.

REGIÕES

MUDANÇAS NAS CCR SÃO ERRO HISTÓRICO

As alterações introduzidas nas Comissões de Coordenação Regional (CCR), aprovadas em Conselho de Ministros, são "um erro histórico" e "fatal" para Portugal. Esta a denúncia feita pela vice-presidente da bancada do PS Elisa Ferreira, para quem a decisão do Executivo configura "uma demissão total da Administração Central em relação ao poder dos municípios".

"Num momento em que o País precisa de gerir os fundos estruturais da União Europeia de forma eficaz, dando-lhes um sentido estratégico supramunicipal, o Governo acaba



por tornar o presidente das comissões de coordenação refém da vontade dos municípios", reafirmou a deputada.

Elisa Ferreira considera que, com o novo modelo, o Executivo permitirá "a cartelização na utilização dos fundos comunitários dedicados ao desenvolvimento regional".

Recorde-se que o Governo aprovou a criação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que resultam da extinção das Comissões de Coordenação Regional e das Direcções Regionais do Ambiente e Desenvolvimento Regional.

PORTO

NARCISO PROPÕE GOVERNO-SOMBRA PARA A JUNTA METROPOLITANA

A eleição directa do Executivo da Área Metropolitana do Porto e a criação de um governo-sombra da actual Junta Metropolitana liderada foram algumas das ideias avançadas por Narciso Miranda na sessão de apresentação da moção de estratégia "Renovar para Fortalecer", que vai apresentar no Congresso da Federação do PS/Porto.

Salientando que "o actual modelo das áreas metropolitanas está esgotado", Narciso Miranda defende a discussão das competências, do financiamento, dos limites territoriais e da forma de eleição dos órgãos executivos.

"Não é possível credibilizar a área metropolitana quando o órgão executivo é constituído pelos presidentes das câmaras municipais que a integram", frisou.

Narciso Miranda pretende criar "uma espécie de governo-sombra" da actual Junta Metropolitana, liderada por Valentim Loureiro, para "acompanhar todas as políticas metropolitanas e apresentar alternativas".

Na sua intervenção, na sala da sede distrital onde decorreu a apresentação da moção, Narciso Miranda dedicou especial atenção às autárquicas de 2005, que considerou serem "o momento de viragem" para o PS regressar ao poder.

Para isso, defende que é necessário "salientar as diferenças marcantes entre as propostas do PS e a gestão do PSD", mas também "saber encontrar a tempo as pessoas que saibam protagonizar uma alternativa consistente".

"Não podemos deixar que o PS fique prisioneiro de objectivos pessoais", frisou, admitindo que o PS terá sido prejudicado nas anteriores autárquicas por ter atrasado demasiado a escolha dos seus candidatos em alguns concelhos.

Como as autárquicas de 2005 são "o momento de viragem", Narciso Miranda entende que o PS/Porto deve ser liderado por alguém "com capacidade de trabalho e de combate" e não por quem "fala bem, mas a quem falta capacidade de trabalho".

"Não desejo clivagens no PS, todos são

necessários, mas o mais importante é a autêntica disponibilidade para servir o PS", afirmou.

No seu discurso, Narciso Miranda não poupou o Governo, que considerou ter "destruído mais em menos de um ano do que o PS construiu em seis anos", defendendo que o País "necessita urgentemente de ultrapassar o momento de depressão a que uma política de contabilidade cega o conduziu".

Também a gestão de Rui Rio Câmara do Porto foi alvo das críticas de Narciso Miranda, que acusou de estar a "destruir pilares fundamentais construídos pela maioria socialista liderada por Fernando Gomes".

Narciso Miranda disse ainda que tencionava propor aos órgãos nacionais socialistas que adoptem medidas no sentido de evitar que autarcas eleitos pelo PS "viabilizem uma política de bloco central que não resolve os problemas das populações".

Assim, o actual líder do PS/Porto não quer vereadores socialistas a tempo inteiro ou parcial em executivos municipais "liderados pela direita".

GUARDA

CABRAL QUER QUE PS VOLTE A SER O PRIMEIRO PARTIDO NO DISTRITO

Colocar o PS de novo como a primeira força política na Guarda é a "grande ambição" que anima a recandidatura de Fernando Cabral à liderança da Federação local.

Fernando Cabral considera que "perante a crise que vivemos, provocada pelo actual governo e pelo seu discurso da tanga, só com um PS actuante podemos lutar pelo desenvolvimento das nossas terras e pelo bem-estar das suas gentes".

Por isso, adianta que vai "continuar a lutar para que haja mais participação interna, para que apareçam novos protagonistas e para que haja mais abertura à sociedade", no quadro de uma "grande ambição" que é "voltarmos a ser o primeiro partido no distrito da Guarda".

Assim, face às próximas batalhas eleitorais, nomeadamente as autárquicas, defende que é necessário "encontrar estratégias que compatibilizem a afirmação de protagonistas, de ideias e de projectos com um trabalho de reorganização interna que expresse a verdadeira força do partido no distrito".

LEIRIA

JOSÉ MIGUEL MEDEIROS CERRA FILEIRAS CONTRA PSD

O actual líder da Federação de Leiria do PS, José Miguel Medeiros, apresentou a sua recandidatura ao cargo, porque é preciso um "cerrar de fileiras" contra o PSD e continuar o bom clima reinante entre os militantes da distrital.

"A pacificação do PS no distrito é uma realidade: deixou-se uma lógica de conflitualidade intestina e de rivalidade e o debate passou a ser feito nos espaços próprios do partido", afirmou José Miguel Medeiros, salientando que este cenário deve-se também a "um clima de confiança muito grande" na sua direcção e no

combate sem tréguas aos partidos de direita. No acto de recandidatura, José Miguel Medeiros criticou a falta de apoio a compromissos assumidos pelo anterior Governo decisivos aliás para a região, como é o caso da despoluição da bacia do rio Lis ou do aeroporto da Ota.

No que diz respeito à actual crise económica, o líder do PS lamentou o desemprego crescente no norte do distrito, criticando ainda a ausência de responsáveis do Governo no terreno para conhecer a realidade e tomar medidas concretas.

Já em relação às novas comunidades urbanas, o presidente da Federação de Leiria reclamou uma definição do Governo em relação ao papel das Comissões de Coordenação Regionais (CCR) e face aos distritos no novo modelo descentralizador do Governo.

José Miguel Medeiros disse ainda que pretende constituir um conselho estratégico de aconselhamento da Federação, órgão poderá incluir nomes como Maldonado Gonelha, Torres Couto, Ferro Rodrigues, Henrique Neto ou António Costa.



SANTARÉM

RUI BARREIRO PRETENDE RENOVAR MÉTODOS



Um lema "Renovar o PS e ganhar o Ribatejo", e um "grande desígnio", que a Federação "assuma, aos olhos do PS e aos olhos do País, o protagonismo político a que tem direito e a uma permanente intervenção, desde o âmbito regional ao nacional", são os pilares em que assenta a candidatura do camarada Rui Barreiro à liderança da distrital de Santarém do PS.

Numa carta enviada aos militantes de

Santarém destinada a dar a conhecer as linhas-força da sua candidatura, Rui Barreiro refere que quer dotar a Federação de Santarém de "dinamismo inovador", salientando que "é imperioso e urgente que a Federação tenha uma activa organização sectorial, através do funcionamento de grupos de trabalho, liderados por personalidades tecnicamente credenciadas".

Rui Barreiro propõe também uma "renovação

de métodos, de actuações e de actores políticos", pelo que considera "indispensável promover, aprofundar e reforçar a democracia interna e a participação de todos".

Outro dos grandes objectivos da candidatura do actual presidente da Câmara de Santarém é "abrir o PS à sociedade civil e a novas causas, promovendo a iniciativa política, a competência específica e a eficácia da comunicação".

VIANA DO CASTELO

RUI SOLHEIRO APRESENTA RECANDIDATURA DE CONSENSO

Na sequência de um apelo feito por um grupo de socialistas do Alto Minho, Rui Solheiro anunciou que se vai recandidatar à presidência da Federação Distrital de Viana do Castelo.

“Depois disto, não tenho outra solução senão aceitar, porque não tenho o direito de dizer que não a um conjunto de militantes que sempre estiveram na primeira linha do combate político a nível local, regional e nacional”, disse.

“Sou o mais antigo presidente de uma Federação do PS em todo o País e a vontade de me recandidatar não era muita, mas, face ao consenso reunido à volta do meu nome, tive de aceitar, também para ajudar o partido a fazer face à época difícil que se vive a nível nacional”, acrescentou.

Em carta assinada por José Manuel Carpinteira, presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira, em nome de um “amplo” grupo de socialistas do Alto Minho, exorta-se Rui Solheiro a recandidatar-se à Federação, por se considerar que este reúne as “qualidade humanas que fazem dele a pessoa ideal para continuar a ser a voz do partido na região”.

O apelo para a recandidatura de Solheiro é subscrito por históricos do PS, por vários autarcas e pelos presidentes de todas as Concelhias do distrito, à excepção de Viana do Castelo.

Se for reeleito, Solheiro garantiu que estará “100 por cento” ao lado do líder do PS, Ferro Rodrigues, por considerar que tem feito um “grande trabalho na luta contra o desgoverno” da coligação PSD-PP.

ELEIÇÕES NA FEDERAÇÃO DO PORTO

ASSIS DESAFIA NARCISO PARA FRENTE-A-FRENTE



Francisco Assis desafiou Narciso Miranda para um frente-a-frente, no âmbito da campanha eleitoral para a liderança da Federação do Porto do PS.

“Caro camarada Narciso Miranda, estou disponível para participar num ou mais debates, nos termos e nas circunstâncias que se entendam como mais adequadas. Venha debater comigo, vamos juntos dar uma lição àqueles que teimam em confundir a disputa política com a mera querela pessoal e a todos quantos não percebem que o pluralismo continua a constituir uma das maiores riquezas do PS”, escreve Assis numa carta dirigida a Narciso.

Na missiva, o ex-líder parlamentar do PS acusa “com mágoa” Narciso de lhe ter “desferido violentos ataques assentes numa descrição da realidade que não reflecte e muito menos coincide com o que de facto ocorreu”.

“Acusa-me de coisas que eu não fiz, atribui-me intenções que nunca tive, pretende imputar-me responsabilidades que de forma alguma eu posso assumir. Gostaria que me dissesse tudo isso face a face, na minha frente, para eu poder responder com absoluta clareza”, afirma Assis.

Considerando que “a essência da democracia é o debate”, Francisco Assis diz estar a verificar, “pela leitura de declarações que lhe são atribuídas”, que também Narciso Miranda está “preocupado com a dignificação da vida política e o prestígio das instituições democráticas”.

“Para não sermos acusados ambos de manter tal preocupação no plano meramente retórico e, como tal, cínico, devemos traduzir em actos concretos o que tão profusamente temos salientado no domínio do discurso”, afirma Assis.

E desafia: “Debatamos o futuro do PS/Porto e da região. Expressamos com clareza os nossos projectos e os nossos objectivos. Se assim procedermos, e não há nenhuma razão para que o não façamos, estaremos a prestar um serviço ao partido e a cumprir uma obrigação que qualquer democrata considera indeclinável”.

“Se debater é uma obrigação política no plano dos princípios, torna-se uma absoluta exigência moral quando em concreto se desferem ataques que carecem de ser rebatidos”, conclui.

CANDIDATURA DE VICTOR BAPTISTA

UNIR, LUTAR E VENCER EM COIMBRA

Unir na acção, lutar no terreno e vencer nas urnas são os objectivos centrais da candidatura de Victor Baptista à liderança da Federação do PS de Coimbra, apresentada a semana passada.

Depois do revés nas autárquicas de 2001, o candidato à distrital socialista assumiu como desafio o reforço do partido nas próximas eleições locais de 2005.

“Na actual conjuntura política, autárquica, nacional e distrital, importa ter não só o sentido das responsabilidades, mas também um profundo conhecimento do PS e do Distrito de Coimbra”, frisou, apontando como estratégia a organização de um combate político que conduza o PS à vitória nas eleições europeias e, através delas, relançar a luta autárquica, seguindo depois para as presidenciais e para as legislativas”.

Prestigiar o partido e reafirmar a importância do distrito conimbricense no contexto nacional são duas outras metas traçadas pelo candidato, que aos militantes pediu uma “forte ida às urnas e um expressivo resultado”.

Convicto de que a renovação passa pela sua candidatura, Victor Baptista concluiu o seu discurso com uma palavra de apreço ao coordenador da estrutura distrital socialista que, segundo afirmou, “ajudou a erguer o PS e à vitória nas eleições de Março de 2002”.

“Só me candidatei porque o meu camarada Fausto [Correia], por razões que já tornou públicas, não se candidatou”, declarou.

SINTRA

EDITE ESTRELA CANDIDATA-SE DE NOVO À CONCELHIA



Edite Estrela, vai recandidatar-se à presidência da Comissão Política Concelhia do PS/Sintra, cujas eleições estão marcadas para 23 de Maio.

“Já informei que me vou recandidatar à Comissão Política Concelhia para dar continuidade a um projecto que defende os interesses dos municípios do concelho onde as coisas não estão bem e as únicas que mexem são as que vêm do nosso Executivo”, justificou a ex-presidente da Câmara de Sintra.

Tal como prometeu em Dezembro de 2001, aquando da sua derrota eleitoral para a presidência do município, Edite Estrela garantiu que vai continuar atenta ao que se passa no concelho, considerando a sua recandidatura natural, dada a sua ligação muito profunda com Sintra.

Para Edite Estrela, “passado mais de um ano à frente da autarquia, o actual executivo liderado pelo social-democrata, Fernando Seara está parado. Sinto que represento uma mais-valia e que Sintra precisa do PS”.

Convicta de que o PS é o maior partido do concelho, a ex-autarca considera ainda “muito cedo para formalizar a recandidatura”, já que antes terá de formar uma equipa e elaborar um programa.

LUÍS ROBERTO

GOVERNO ANGUSTIA AUTARCAS

Luís Roberto, militante do nosso partido há 22 anos, afirma-se convicto de que Ferro Rodrigues levará de novo o PS ao poder, e defende que o partido deve fazer uma "oposição construtiva" ao actual Governo, que acusa de ser o responsável pelo aumento do desemprego.

Membro da Secção de Aqualva, no concelho de Sintra, o militante desta semana do "Acção Socialista" refere ainda que o último Congresso foi "uma lufada de ar fresco, consagrando algumas mudanças organizativas importantes".

Desde há dois meses à frente dos destinos da Junta de Freguesia de Aqualva, no concelho de Sintra, devido à renúncia por doença do presidente eleito, Luís Roberto refere que tem "muito orgulho" em ser autarca, salientando que é uma "experiência muito gratificante a todos os níveis, porque podemos servir a população e o bem comum".

Na Junta de Freguesia, onde tinha as funções de vogal com o pelouro do Desporto, Cultura e Educação antes de ascender à presidência deste órgão, Luís Roberto destaca o fomento do desporto na freguesia, através de parcerias entre a Junta e as escolas do 1º ciclo e as instituições de recreio e cultura.

Mas, adianta, "a Junta também lançou iniciativas próprias que tiveram uma enorme adesão, como os saraus de ginástica ou as provas de ciclismo".

Este autarca socialista não poupa críticas à "pseudo-política de descentralização" do actual Governo, que, denuncia, "pretende transferir competências sem os correspondentes meios financeiros, provocando assim dificuldades enormes na gestão dos municípios e das juntas". E acrescenta: "Os autarcas estão angustiados com esta situação".

Luís Roberto, que esteve presente no Fórum Autárquico, realizado em Santarém, refere que esta iniciativa "foi muito importante, porque os socialistas com responsabilidades nas câmaras e juntas puderam encontrar-se, debater ideias e discutir os problemas com que se defronta o poder local", acrescentando que "o PS saiu mais enriquecido e mobilizado".

A importância das secções de residência

Militante de base do PS desde há 22 anos



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político internacional
François Mitterrand

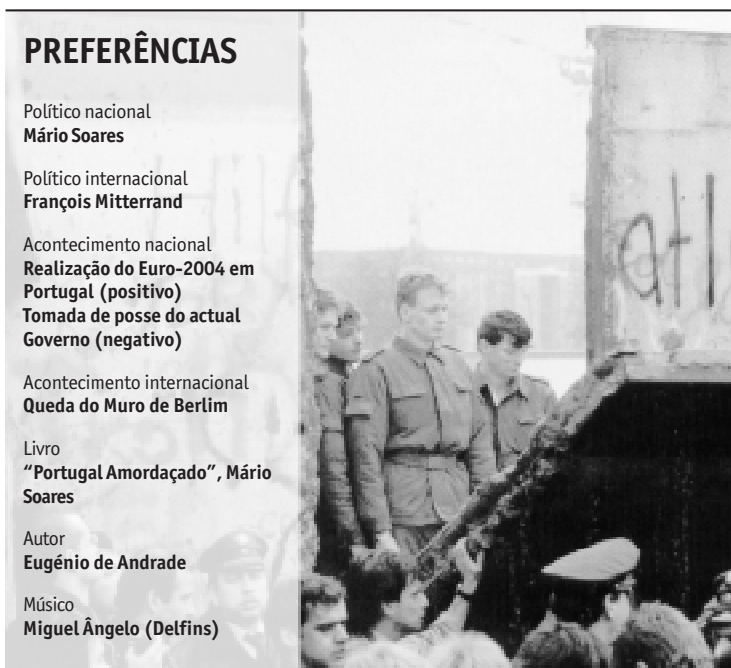
Acontecimento nacional
Realização do Euro-2004 em Portugal (positivo)
Tomada de posse do actual Governo (negativo)

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
"Portugal Amordaçado", Mário Soares

Autor
Eugénio de Andrade

Músico
Miguel Ângelo (Delfins)



na Secção de Aqualva, onde já pertenceu a diversos Secretariados, Luís Roberto não tem dúvidas sobre a importância das secções de residência. "São estruturas fundamentais para a mobilização e dinamização dos militantes", refere.

Sobre o secretário-geral, diz que "é a pessoa indicada para levar o PS de novo ao Governo", e acrescenta: "Ferro Rodrigues tem as qualidades que mais admiro num político: frontalidade, competência, honestidade e sinceridade". É que, sublinha, "a política não se faz de hipocrisia, mas sim com honestidade".

Quem não lhe merece quaisquer tipo de elogios é o actual Executivo do PSD/PP, que "responsabiliza pelo preocupante aumento do desemprego, devido ao discurso catastrofista e a uma política financeira cega".

Face a este cenário, afirma-se ainda convicto que se fosse hoje "o PSD não ganharia as eleições, uma vez que os portugueses foram enganados com as promessas de Durão Barroso".

J. C. CASTELO BRANCO

MÁRIO SOARES DEFENDE

RELAÇÕES ENTRE UNIÃO E MACAU DEVEM SER INTENSIFICADAS

As relações entre a União Europeia e Macau devem ser intensificadas, por forma a que por essa via seja possível ter acesso a outras regiões da China e da Ásia, defende o eurodeputado socialista Mário Soares, autor do segundo relatório sobre a Região Administrativa Especial de Macau.

Neste contexto, defende que a União Europeia continue a apoiar Macau a todos os níveis institucionais e a nomeação para a RAEM de um funcionário responsável pela cooperação entre as duas regiões, como aliás a própria Comissão Europeia se comprometeu numa comunicação que divulgou em 2000.

Mário Soares considera deverem ser aprofundados e sistematizados os laços entre os deputados europeus e os da Assembleia Legislativa da RAEM e recomenda que seja criado um Grupo de Amizade PE-RAEM e reforçados os laços entre as instituições académicas, culturais e científicas das duas regiões.

No relatório do eurodeputado, é reiterado o apoio à aplicação integral e manutenção da Lei Básica da RAEM, subordinada ao princípio "um país dois sistemas". Consta também com satisfação que, três anos após a transferência de poderes, tanto Pequim como o governo da Região Administrativa, continuam a atribuir uma grande importância àquele princípio. "Considera que - afirma o relatório -, em termos gerais, a situação da RAEM está a evoluir de forma satisfatória, mantendo-se as características específicas de Macau a nível institucional, económico e social".

O eurodeputado aborda também uma questão



de grande importância para a União Europeia e para Portugal: os têxteis. Neste contexto, o documento "instaura o Governo da RAEM a apresentar uma estratégia sólida para resolver os problemas resultantes da abolição progressiva da quota de têxteis prevista até

2005, pois este sector emprega actualmente mais de 22 por cento da população activa". Por outro lado, Mário Soares saúda o lançamento de um projecto de cooperação no domínio jurídico entre a União Europeia e Macau, que terá a duração de quatro anos. Neste

âmbito, encara positivamente a intenção manifestada por Macau e Portugal de promoverem laços para o reforço da cooperação entre ambos, tendo em vista a aplicação do acordo de cooperação judicial, assinado em Lisboa em 2001.

MARIA CARRILHO ALERTA

GUERRA NO IRAQUE IRÁ CAUSAR CATÁSTROFE HUMANITÁRIA

O Iraque pode ser flagelado por uma catástrofe humanitária de grandes dimensões no caso de uma intervenção militar, alertou a eurodeputada Maria Carrilho numa reunião em que participou na semana passada com responsáveis norte-americanos na missão dos Estados Unidos junto da União Europeia.

Integrando um grupo de seis eurodeputados de vários grupos políticos, Maria Carrilho, membro da Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu, participou na reunião a convite da missão norte-americana, em que o tema central da discussão foi a crise no Iraque e a ajuda humanitária num cenário de guerra.

A eurodeputada considerou que os Estados Unidos deviam investir mais esforços no Paquistão e no Afeganistão, onde a situação política, social e económica é muito instável e complexa, "havendo mesmo o risco de a Al-Qaeda se estar a reconstruir na região". Maria Carrilho alertou os responsáveis norte-americanos para o facto de, com a crise do Iraque a dominar as atenções, já pouco se falar da luta contra o terrorismo, "que manifestamente é uma questão que ainda não está resolvida" e que, inclusivamente, se poderá complicar no caso de um ataque na região do Golfo.

Maria Carrilho esclareceu também que a existência de críticas à Administração Bush não significa um virar de costas aos Estados Unidos, mas sim uma tentativa de evitar que sejam tomadas medidas unilaterais que contribuam para que as opiniões públicas dos Estados Unidos e da Europa se afastem ainda mais. Com efeito, afirma, "é preciso evitar o aumento que está a verificar-se do anti-americanismo na Europa e do anti-europeísmo nos Estados Unidos".

LUÍS MARINHO

PARECER SOBRE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS APROVADO POR UNANIMIDADE

O parecer da autoria do deputado Luís Marinho sobre a definição dos novos mecanismos para a resolução dos litígios de natureza civil e comercial na União Europeia foi aprovado por unanimidade na última reunião da Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu.

O documento incide sobre um conjunto de propostas da Comissão Europeia que têm como objectivo melhorar as condições de acesso à justiça dos cidadãos europeus, através, por exemplo, dos novos procedimentos extrajudiciais de resolução de conflitos, conduzidos por uma parte terceira, neutra, ou por um mediador.

O eurodeputado congratula-se com as soluções avançadas pela Comissão Europeia, embora alerte que "a União deve aproximar a legislação dos Estados-membros neste novo domínio", de modo a limitar as consequências injustas resultantes das grandes diferenças que ainda existem nos vários sistemas jurídicos nacionais.



DEPUTADOS SOCIALISTAS NA CONVENÇÃO

FUTURO TRATADO DEVE INCLUIR DIMENSÃO SOCIAL REFORÇADA

A dimensão social deve constar do futuro Tratado como forma de manter e aprofundar aquilo que distingue a União Europeia dos outros espaços regionais. Esta ideia foi defendida na última reunião da Convenção sobre o Futuro da Europa pelos deputados socialistas Alberto Costa, em representação da Assembleia da República, e por João Cravinho, representante dos parceiros sociais.

“Um Tratado que pretende oferecer uma Constituição à Europa deve integrar uma Constituição social”, disse Alberto Costa. Na sua opinião, sem essa dimensão social “não poderíamos falar de Constituição europeia, porque perderíamos identidade, carácter e credibilidade se não fôssemos coerentes na consagração normativa de algumas das melhores contribuições da História europeia para o desenvolvimento humano”.

Para o deputado, o valor do diálogo no âmbito do modelo europeu e o papel dos parceiros sociais devem ser constitucionalmente assegurados. Alberto Costa lembrou ainda a mensagem da Cimeira de Lisboa, que preconiza a coesão social como indissociável das reformas económicas e o papel central do objectivo do pleno emprego que deve, aliás, adquirir um valor constitucional, “tornando-se mesmo a chave europeia da articulação entre Constituição económica e a social.

No mesmo sentido foram as declarações de João Cravinho que apelou a uma “expressão constitucional clara” da dimensão social, a qual não deve ficar subordinada ao económico. “A Constituição deve propor um equilíbrio dinâmico entre os imperativos de competitividade



e económica e de coesão social, ambiental e territorial”, afirmou.

Para o deputado, valores como a dignidade humana, justiça social, solidariedade ou igualdade não podem ser contestados, “a menos que o modelo europeu que se pretende promover não seja adoptado”.

João Cravinho considera que os objectivos da coesão económica e social e territorial, a promoção do pleno emprego, a economia social de mercado

e a promoção dos serviços sociais e de interesse geral eficazes e com um elevado nível de qualidade são objectivos essenciais que a Europa deve promover.

No debate sobre a dimensão regional e local europeia, Alberto Costa defendeu igualmente que os princípios da autonomia local e regional devem ser consagrados numa Constituição Europeia, particularmente num texto que pretenda consagrar o princípio da subsidiariedade.

De registar ainda a intervenção do eurodeputado socialista Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu na Convenção, que defendeu, tal como o Acção Socialista já noticiou, a inclusão da coesão territorial nos objectivos constitucionais do futuro Tratado, designadamente do conceito de ultraperiferia, hoje consagrado no nº 2 do artigo 248º do Tratado, “impedindo qualquer tentativa de diluir a sua importância e significado na problemática comum das regiões”. **P.P.**

PAULO CASACA

SOCIALISTAS CONTRA ALARGAMENTO SEM AUMENTO DOS FUNDOS

Os deputados ao Parlamento Europeu portugueses e espanhóis vão bater-se para que o alargamento da União Europeia não seja feito a custo zero, isto é, sem que haja aumento dos fundos para a agricultura e para os Fundos Estruturais.

Esta posição foi assumida pelos deputados portugueses presentes na VI Cimeira Atlântica dos socialistas europeus de Portugal e Espanha, que esta semana se realizou nas Ilhas Canárias, subordinada ao tema “As regiões ultraperiféricas na Convenção sobre o Futuro da Europa”. Participaram também João Cravinho, Alberto Costa, membros da Convenção sobre o Futuro da Europa, e os deputados e dirigentes socialistas dos Açores e da Madeira, Maximiano Martins, Vasco Cordeiro, Fernando Lopes, Dionísio Sousa,



Jacinto Serrão, Bernardo Trindade e Emanuel Jardim Fernandes.

“Não concordamos que o alargamento seja feito sem aumento de fundos”, disse Paulo Casaca, que alertou para o facto de haver também a intenção de congelar o orçamento para os Fundos Estruturais, depois de já ter sido tomada uma decisão idêntica relativamente ao orçamento para a agricultura.

Para o eurodeputado, trata-se de uma lógica extremamente perigosa que pode pôr os cidadãos contra a Europa, considerando também que não faz sentido haver mais dez novos membros com enormes necessidades em termos agrícolas e estruturais, e que as verbas para os 25 sejam as mesmas que agora existem para os 15.

Os deputados defenderam também o reforço das regiões ultraperiféricas na futura Constituição europeia. “O artigo deve constar do Tratado e prever políticas activas da União Europeia relativamente às regiões ultraperiféricas”, afirma.

A coesão económica e territorial e a política agrícola comum foram outros temas abordados, em virtude da sua extrema importância para o desenvolvimento das regiões insulares.

Os socialistas são a única força política que realiza estes encontros para decidir as políticas para as regiões insulares. “As nossas tomadas de posição têm sido determinantes para o reforço do estatuto das regiões ultraperiféricas, tendo já muitas medidas sido tomadas em virtude do nosso esforço”, afirma Paulo Casaca.

ASCENSO SIMÕES PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE PROGRAMA POLIS



O desenvolvimento de todos os projectos relacionados com o Programa Polis foram objecto de um requerimento entregue na mesa da Assembleia da República pelo deputado socialista Ascenso Simões.

O parlamentar do PS acusa o actual Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente de "apenas valorizar os problemas, os estrangulamentos e as dificuldades, em vez de encontrar soluções e caminhos", para a execução do Programa Polis.

Havendo necessidade de se fazer um ponto de situação do desenvolvimento do referido

programa, o deputado socialista solicitou ao Executivo cópias dos planos estratégicos que estão na base de desenvolvimento dos projectos Polis, dos estatutos das sociedades Polis que se criaram na sequência da aprovação das iniciativas concelhias e ainda uma cópia do cronograma financeiro nacional previsto para o apoio às sociedades.

O parlamentar do PS pede também ao ministro do Ambiente que o informe sobre a constituição dos conselhos de administração das sociedades Polis e sobre o ponto da situação relativa à execução financeira e os

montantes dos fundos nacionais e comunitários já transferidos para o programa. O desenvolvimento da apreciação técnica e financeira das mais-valias, em termos de terrenos, infra-estruturas e equipamentos, que cada um dos projectos concelhios irá propiciar e a identificação da previsão de encaixe nos cofres dos municípios, são questões que também fazem parte das preocupações do deputado socialista em relação à execução deste programa, lançado por José Sócrates durante o Executivo socialista.

GUINÉ-BISSAU

PS CONGRATULA-SE COM LIBERTAÇÃO DE PERSONALIDADES

O coordenador da área da cooperação do Partido Socialista na Assembleia da República e no Gabinete de Estudos, Vítor Ramalho, congratulou-se com a libertação recente de personalidades da oposição e também de um conhecido defensor dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

Para Vítor Ramalho, este facto "seguramente se traduzirá agora no prenúncio de outras medidas, que salvaguardando o efectivo respeito pelos direitos fundamentais, seja garante do reforço da estabilização para o desenvolvimento económico-social tão necessário ao povo da Guiné-Bissau, com o qual o povo português foi e é sempre solidário".

O deputado socialista sublinha ainda que o "PS é um partido humanista e tolerante e tem uma concepção universalista, princípios pelos quais pauta a sua actuação desde a fundação, tendo entre um dos seus objectivos, o firme aprofundamento das relações entre povos lusófonos e o reforço solidário da entrelajada destes".



PORTO

QUESTIONADO ABANDONO DE INSTITUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE PELA SEGURANÇA SOCIAL

Artur Penedos é o primeiro subscritor de um requerimento entregue pela bancada na mesa da Assembleia da República dirigido ao Governo sobre o abandono da instituição particular de solidariedade social "O Coração da Cidade", no Porto.

Os deputados socialistas recordam que a instituição "O Coração da Cidade" adquiriu as suas instalações através do Fundo de Socorro Social e que vigorava um acordo de cooperação "entre o Centro regional de Segurança Social do Porto e aquela IPSS para o fornecimento de um serviço de refeições aos mais necessitados, que terá sido cancelado de forma unilateral pela Segurança Social

No entanto, o cancelamento do acordo de cooperação não levou a Segurança Social a ignorar a existência desta instituição, uma vez que os técnicos que desenvolvem a sua actividade no atendimento aos carenciados, continuam a encaminhar os utentes para aquela instituição.

Neste contexto, os deputados socialistas pedem esclarecimentos ao Governo sobre as razões que determinam o não pagamento das facturas relativas às obras realizadas nas instalações desta IPSS, cobertas, aliás pelo subsídio atribuído à instituição, através do Fundo Social.

Os fundamentos que levaram ao cancelamento do acordo de cooperação entre a Segurança Social e a referida instituição de solidariedade social é outra questão que os subscritores do requerimento querem ver esclarecida.

PORTUGAL SOCIALISTA

QUESTÕES EUROPEIAS

Comissão Europeia
Partido de Esquerda
Partido Agrário
Programa de cooperação

Visite-nos na internet

www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal

MEDEIROS FERREIRA

PARLAMENTO DEVE ACOMPANHAR MISSÕES MILITARES NO ESTRANGEIRO

O deputado socialista Medeiros Ferreira afirmou que as missões militares portuguesas no estrangeiro constituem “um elemento relevante da inserção internacional da República portuguesa e são a marca militar mais característica do regime democrático saído da Constituição de 1976”, devendo por isso ser tratadas “com o cuidado que merecem”.

Medeiros Ferreira falava durante o debate na generalidade de três projectos-lei do PS, PSD e CDS/PP sobre a fiscalização da Assembleia da República no envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro, que foram aprovados por larga maioria.

Segundo sublinhou o deputado do PS, “as missões que as Forças Armadas portuguesas desenvolveram e desenvolvem em Angola, Moçambique, Bósnia, Kosovo, Timor-Leste marcaram muito positivamente este ciclo da nossa política externa e da defesa, e é nesta perspectiva que o legislador as deve encarar”. É que, sublinhou, “fiscalizar não é dificultar. É também partilhar a responsabilidade de



decisões eminentemente executivas que dizem respeito a toda a sociedade”.

Por outro lado, Medeiros Ferreira realçou que “a participação de militares e unidades portuguesas em operações humanitárias e de paz, ou de gestão de crises, fora do território nacional coloca o Estado português entre os primeiros em acções desenvolvidas sob a égide da ONU desde 1998, tendo a presença em Timor um peso significativo”.

Salientando que em termos médios anuais “temos, desde então, mais de mil militares fora do território nacional sem contar com os elementos da PSP e da GNR”, o deputado do PS referiu que “esta é uma realidade que merece a atenção da Assembleia da República, tanto mais que esse acompanhamento deriva desde 1997 de um comando constitucional”.

Assim, adiantou, esse acompanhamento do Parlamento “terá de ter em conta a natureza de cada uma dessas missões militares e o seu enquadramento interno e externo”.

J. C. CASTELO BRANCO

COMUNIDADES

CARLOS LUÍS DENUNCIA COMÍCIOS-JANTAR À CUSTA DO ERÁRIO PÚBLICO

O deputado socialista Carlos Luís questionou o primeiro-ministro sobre deslocações oficiais dos membros do Governo, à custa do erário público, que servem para actividades político-partidárias, nomeadamente as efectuadas pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário.

No requerimento dirigido a Durão Barroso, o deputado socialista refere que as “múltiplas deslocações oficiais que o secretário de Estado das Comunidades tem levado a cabo, nalguns casos são verdadeiros comícios-jantar”, onde este governante aproveita para “zurzir a oposição”, camuflando assim as “suas incapacidades governativas”.

Carlos Luís afirma ainda que “as deslocações dos membros do Governo, que são custeadas por todos os contribuintes, devem ser aproveitadas para a resolução dos problemas dos cidadãos e não para custearem meras campanhas político-partidárias”.



Saneamento de jornalista da RTP i

Entretanto, num outro requerimento, o deputado Carlos Luís questiona o Governo sobre a situação da jornalista Tânia Lobo, afastada dos quadros da RTP i.

No documento, o deputado do PS eleito pelo círculo da Europa refere que têm sido “muitos os protestos” que lhe têm chegado das comunidades portuguesas, que não compreendem por que razão Tânia Lobo foi “saneada” da RTP i.

Carlos Luís sublinha ainda que “a isenção, o rigor e o elevado grau de profissionalismo que a referida jornalista imprimiu ao ‘Programa Comunidades’, fez com que fosse o programa com maior audiência direccionado para as comunidades portuguesas”.

J.C.C.B.

MARQUES JÚNIOR AFIRMA

LEI DA PROGRAMAÇÃO MILITAR É “PROPAGANDA” DO GOVERNO

O PS, através de Marques Júnior, qualificou como “propaganda” os programas de investimento em equipamento anunciados pelo ministro da Defesa, Paulo Portas, no âmbito da proposta de revisão da Lei de Programação Militar (LPM).

Segundo o deputado socialista Marques Júnior, os programas inscritos na proposta apresentada no Parlamento “já estão previstos na actual LPM, que o Governo está comprometido a executar” pelo que, sublinhou, “não há nada de significativamente novo”.

Das opções feitas em matéria de equipamento, o deputado e membro da comissão parlamentar de Defesa considerou merecedora “das maiores dúvidas” a desistência relativamente ao consórcio europeu para construção do avião de transporte militar A-400M.

Relativamente à redução de três para dois do número de submarinos a adquirir, Marques Júnior alertou que essa opção “pode comprometer a eficácia real da capacidade submarina” do País, mas congratulou-se com o facto da compra de um terceiro submersível ter ficado em aberto.



A LINHA JUSTA



MARK BOBELA-MOTA KIRKBY

Não compreendo que as posições do PS relativamente ao conflito do Iraque e à manifestação de 15 de Fevereiro tenham sido recebidas por alguns como exemplos de oportunismo político, de ziguezaguismo, ou de falta de coragem. Pelo contrário. Julgo mesmo que a posição do PS é aquela que em nome de valores recusa o oportunismo fácil do “cavalgar da onda dos movimentos sociais”, ou o seguidismo hipócrita dos que invocam a fronteira atlântica de Portugal com os Estados Unidos para justificar uma adesão crítica a desígnios belicistas e unilateralistas, por ora não fundamentados e não legitimados. Não tenho dúvidas de que o PS não conseguiu inteiramente fazer passar a sua posição. Culpa do PS, em parte. Mas também culpa da complexidade da posição, que faz com que a mesma só possa ser completamente compreendida

por quem tiver a preocupação, ou a possibilidade de ver além dos argumentos maniqueístas do não e do sim. É que uma posição complexa relativamente a um problema complexo não significa que estejamos perante uma má posição. Significa a necessidade de um esforço suplementar para a explicar, mas também a exigência de um esforço suplementar e um desejo efectivo de a compreender.

Para o PS o que está em causa a pretexto da putativa guerra do Iraque é o futuro e a própria existência de uma ordem internacional.

E nesta perspectiva, até ver, há dois modelos possíveis de regulação das relações internacionais com o objectivo de assegurar uma Ordem e de assegurar a paz. Um, o que até à data em diversas formulações históricas logrou alguma eficácia por períodos relativamente longos, é o modelo assente na “balança de poderes”. Só há ordem na comunidade internacional se houver um equilíbrio efectivo entre as diversas potências mundiais dominantes, sem que nenhuma tenha a capacidade de unilateralmente se sobrepor às outras. É na anulação recíproca que decorre desse equilíbrio que se sustenta a paz e a necessidade de os Estados se conformarem a regras nas relações internacionais. É uma ordem internacional baseada no “legado maquiavélico” sustentada numa visão pessimista quanto à possibilidade de se poder instituir uma ordem baseada e regulada pelo Direito. Foi este o modelo que esteve na base do modelo saído de Vestefália em meados do séc. XVII, cuja estabilidade se estruturou por sobre a atomização do poder dos Estados no contexto internacional. Foi este o modelo subjacente ao directório de potências que integraram a Pentarquia que dominou o mundo a partir da Convenção de Viena em 1815, depois da queda de Napoleão. Foi este o modelo que assegurou a paz no mundo nos anos da Guerra Fria.

Há um outro modelo. O que preconiza uma Ordem Internacional institucionalizada em obediência ao princípio democrático. Um projecto “de humanidade”, que pressupõe um modelo institucional “de Direito”, que seja estruturado em obediência ao princípio da separação de poderes, com órgãos que tenham uma legitimidade democrática directamente fundada na comunidade plural de Estados soberanos e, sobretudo, que as competências destes órgãos se restrinjam ao mínimo necessário para assegurar a conformação das condutas Estaduais às regras e princípios travejadores da ordem internacional.

O fim da guerra fria e da ordem dos blocos conduz ao desequilíbrio da balança de poderes, constituindo-se os Estados Unidos como a única potência sobranete.

Ora, a comunidade internacional encontra-se neste momento numa encruzilhada. O fim da guerra fria e da ordem dos blocos conduz ao desequilíbrio da balança de poderes, constituindo-se os Estados Unidos como a única potência sobranete. A Ordem internacional ainda não se reajustou a esta nova realidade, necessariamente de transição. E os cenários de evolução possível são três. A total desregulação das relações internacionais, um reequilíbrio, que não se antevê a curto prazo, da balança de poderes, ou, e é uma oportunidade histórica que se abre, a institucionalização de uma ordem baseada na legitimidade dos órgãos da ONU. Não há uma quarta via.

Durante muito tempo partilhei com Danilo Zolo um grande pessimismo relativamente à propalada reforma da ONU. Zolo denuncia ferozmente as perversidades que têm estado associadas aos processos de institucionalização da comunidade internacional. Com efeito, pretender constituir órgãos com competências supra-nacionais universais em matéria de regulação da força nas relações internacionais, no actual estágio de desenvolvimento da sociedade internacional, não terá outra consequência que não a de legitimar juridicamente a hegemonia dos Estados fortes e obliterar o princípio da soberania. A institucionalização conduz, assim, a processos de centralização do poder nas grandes potências, conferindo-lhes um monopólio de violência legítima que, com toda a probabilidade, usarão ao sabor das suas conveniências pessoais e não para realizar o direito e da justiça.

No entanto, a força que a opinião pública internacional, assente nos movimentos cívicos e sociais, tem demonstrado, a capacidade que tem tido em travar os ímpetus unilateralistas dos Estados Unidos, que constantemente se vêem forçados a justificar e a legitimar as suas posições, permite-me hoje ser mais optimista quanto à possibilidade de a comunidade internacional se poder vir a estruturar numa organização universal assente nos princípios democráticos, da soberania de Estados iguais, da justiça. É nesta equação que julgo dever ser vista a posição do PS. Os movimentos cívicos, designadamente aqueles que estiveram por detrás da manifestação de 15 de Fevereiro, têm um papel essencial. Pôr pressão sobre os Estados Unidos no sentido de terem que se legitimar no quadro da ONU. Mas, como referiu recentemente António Costa, os movimentos sociais podem posicionar-se face à guerra com um NÃO, sem necessidade de ir mais longe e de proporem uma via de superação do problema. Os partidos, e o PS em particular, têm que ter uma atitude mais estruturante. Porque mais do que o problema concreto do Iraque – que em si é muito grave – joga-se hoje muito do futuro da ordem internacional. Porque o pior que podia suceder nesta fase seria os EUA iniciarem a guerra à margem da ONU. Seria o fim de qualquer esperança no modelo da Carta. Ora, o difícil na posição do PS está nisto: o objectivo estruturante que passa por obrigar a uma legitimação através da ONU, impõe, em coerência, que se reconheça essa legitimidade seja qual for a decisão que o Conselho de Segurança (CS) vier a adoptar. Não se pode defender a legitimidade do CS e depois apenas aceitar uma de duas decisões possíveis. E por isso a posição do PS é clara, firme e difícil: de recusa à guerra no actual estágio de provas relativamente ao Iraque. Se houvesse hoje uma tomada de posição no CS, se o PS estivesse no Governo e Portugal estivesse no CS, Portugal votaria contra uma intervenção. Se a posição de Portugal saísse derrotada, Portugal ainda assim se submeteria à decisão porque emanada por quem de direito. Por isso, a posição do PS relativamente à recente manifestação. Porque a convocatória daquela manifestação em concreto continha em si o fundamento da derrota dos valores que ela própria pretende afirmar. Porque ao negar-se a legitimidade de uma guerra sustentada pela ONU implica, afinal, abrir-se caminho a uma desordem internacional em que os desígnios unilateralistas das potências dominantes são afirmados sem qualquer travão.

MOBILIDADE E TRANSPORTES



EDITE ESTRELA

É uma evidência: a mobilidade é, nos tempos modernos, um bem essencial. Tão importante como o acesso à informação. Quem não está informado, pode perder oportunidades irrepetíveis e correr o risco de passar ao lado da vida. Quem tem dificuldades de deslocação, também. No primeiro caso, por desconhecimento e, no segundo, por atraso. As oportunidades não esperam pelos retardatários, até porque há mais candidatos que oportunidades. Actualmente, nas deslocações pendulares diárias entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, o problema não reside tanto nas distâncias, mas nas horas consumidas. A questão é menos de espaço e mais de tempo. Diz-nos a experiência que pode ser mais rápida uma deslocação de Torres Novas a Lisboa do que de Sintra ou Cascais. Do mesmo modo, quem vai de Lisboa a Évora sabe que só depois de passar a ponte (sobretudo se for pela 25 de Abril) pode calcular o tempo da viagem. Os principais

problemas de mobilidade situam-se nas grandes metrópoles. É nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto que o problema se coloca com maior acuidade.

Rezam as estatísticas que, em 2001, já havia 340 mil pessoas que entravam diariamente na capital para trabalhar ou estudar. Entrar de manhã em Lisboa e sair da parte da tarde é um calvário. Gasta-se tempo e combustível e desgasta-se o corpo e a mente. Perdem-se anos de vida que deveriam ser aproveitados no apoio à família, no convívio com os filhos, na fruição cultural, na tertúlia de amigos, no merecido descanso.

Quem demora duas horas desde que sai de casa até que entra no local de trabalho, já vai cansado do arranque e pára e irritado com a vida e com os outros. Ou seja, não se pode esperar que dê o mesmo rendimento que daria em condições normais, nem se lhe pode exigir afabilidade no trato e paciência

Nas deslocações pendulares diárias entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, o problema não reside tanto nas distâncias, mas nas horas consumidas.

para com o outro. De modo que o prejuízo já não é apenas de um, mas de vários. O problema deixa de ser somente de natureza pessoal e familiar para dizer respeito a toda a sociedade. Aqui entroncam também alguns dos graves conflitos sociais e dos reais problemas de produtividade e competitividade com que Portugal se debate.

Como é que se pode alterar esta situação?

Melhorando o sistema de transportes públicos, parece óbvio e consensual. Mas não chega, porque, não obstante as insuficiências conhecidas, a qualidade dos transportes públicos é hoje superior ao que era há dez anos e, no entanto, o transporte individual é agora mais utilizado do que nessa altura. A prioridade tem de ser o transporte ferroviário, diz-se (e bem), mas não chega. Foram feitos avultados investimentos na criação de novas ligações ferroviárias (travessia do Tejo, por ex.) e na modernização das existentes (de que a linha de Sintra é um caso paradigmático), mas incompreensivelmente o número de utentes não tem aumentado. A situação é insustentável e exige soluções urgentes.

Num estudo do Instituto Nacional de Estatística sobre os movimentos pendulares na Área Metropolitana de Lisboa entre 1991 e 2001 (anos em que se realizaram os últimos Recenseamentos Gerais da População), conclui-se que, em 1991, os modos de transporte colectivo asseguravam mais de 50 por cento das deslocações da população residente na AML, enquanto em 2001 representavam apenas 37 por cento. E a importância do transporte individual aumentou, nesses dez anos, de 26 por cento para 45 por cento.

É preciso que as Autoridades Metropolitanas de Transportes (AMT), cuja criação saudámos, entrem em funcionamento. Já se perdeu demasiado tempo o, que, como se sabe, é um bem precioso. Para evitar percalços (infelizmente, habituais), é necessário dotar as AMT dos recursos humanos e financeiros adequados ao desempenho das suas competências legais e para que possam atingir os objectivos que presidiram à sua criação.

Espera-se que o Governo seja consequente e que não continue a prometer muito e a fazer pouco. Ou, como aconteceu com os impostos, a prometer uma coisa e fazer o seu contrário. Os portugueses estão atentos e já perceberam que o desempenho do Governo está muito aquém das expectativas. Se, como reconhecia John F. Kennedy, «a base de um governo eficiente é a confiança pública», o Governo português que se cuide.

Tudo ou quase tudo está à venda, sobretudo o que é estratégico e indispensável à nossa afirmação de identidade. Agora é a Enatur, empresa que preserva parte da nossa memória colectiva em monumentos que herdámos dos nossos antepassados.

Do meu ponto de vista a situação económico-social não pode ser mais mascarada. O PS, como partido responsável, e um dos pilares em que assenta a nossa democracia, tem mais do que o direito, o dever, de alertar para que o perigoso caminho que estamos a trilhar. É sempre tempo de se arrepiar nessa trajetória.

Sejamos claros. O actual Governo ergueu o défice como um fim em si, o designio de todos os designios. Não percebeu, nem quer perceber, que a economia é um mero instrumento da política e tudo reduziu aquele objectivo. Não há na acção governativa uma única ideia para Portugal nem para o nosso futuro colectivo.

E porque tudo sacrifica àquele objectivo, não se deu conta, nem quer dar-se conta que as receitas e as despesas orçamentais só foram possíveis de serem contidas nos limites do défice, mercê de receitas extraordinárias.

Receitas estas que perigosamente se alicerçam na venda do País a retalho.

Tudo ou quase tudo está à venda, sobretudo o que é estratégico e indispensável à nossa afirmação de identidade. Agora é a Enatur, empresa que preserva parte da nossa memória colectiva em monumentos que herdámos dos nossos antepassados. E porque assim é a nossa auto-estima colectiva é ferida, gravemente ferida, e por ela a confiança de todos os agentes económicos. Confiança essa que afecta como nunca o desemprego que agora está a subir tão célere e gravemente. Com o investimento público e o privado a diminuir drasticamente. Este quadro, que a meu ver se irá acentuar negativamente, contém em si todo o caldo para que dispare o aumento da criminalidade e também com afectação da coesão económico-social. Não! Não sou ave de mau agouro. Só que o pior cego é mesmo aquele que não quer ver. A continuada acção da empresarialização dos hospitais, as privatizações em geral, incluindo a da Segurança Social, de par com a queda do investimento, incluindo o estrangeiro, não augura no

A GRAVÍSSIMA SITUAÇÃO SOCIAL

futuro nada de bom. Basta de culpabilizar, como as crianças o fazem, o aluno da carteira detrás, ou a situação internacional. Podia-se e devia-se ter feito muito mais e melhor. Com a ideia central que fosse perceptível, acompanhando a economia real, em políticas de proximidade, integrada num plano que estivesse para além do défice.

Um plano coerente, de afirmação externa suportada na nossa mais-valia e de afirmação interna que assente na qualidade e na coesão, estimulasse favoravelmente a esperança.

Tudo foi e está a ser feito ao arpejo do que se devia.

Como português sou exigente.

Não me conformo com a marcha do meu país. Por esta estamos a caminhar para que o desemprego dispare ainda mais, a confiança desça a níveis totalmente inaceitáveis, o investimento se debilite mais do que está e a incerteza sobre o futuro se consolide.

Por favor senhores do Governo, por favor senhores membros da maioria – tenham o mínimo de humildade! Estudem ao menos algumas das muitas coisas que o PS fez de bem. Parem um minuto que seja, para que todos possamos reflectir.

É o nosso país e o nosso futuro que está em causa. Tão simples e tão dramático como isso.



VÍTOR RAMALHO

Desperdiçou-se, provavelmente, nos últimos dias, através do inequívoco despertar da opinião pública para a Paz, uma oportunidade de ouro, para consolidar a tolerância e o convívio rácico e religioso, derrubando o regime do Iraque sem ser necessário recorrer à força.

A resolução do problema do Iraque pela força é, cada vez mais, uma inevitabilidade.

Assim é, porque o deseja, desde a primeira hora, a potência que está em condições de desferir o ataque (os Estados Unidos) mas também porque nos últimos dias se criaram condições objectivas de fortalecimento do regime iraquiano que o ditador Saddam Hussein não desperdiçará.

Não restam, contudo, dúvidas que a opinião pública mundial não deseja esta guerra, seja porque está declaradamente ao lado dos árabes, seja porque não suporta a superioridade e arrogância dos americanos, seja, enfim, porque é generosamente pela paz e pela tolerância.

Só que o mundo é cada vez mais dirigido por minorias (iluminadas ou não) e isso tanto é válido para o mundo muçulmano (aqui pelo menos sem disfarces) como para o mundo ocidental e tanta influência essas minorias exercem no Ocidente europeu como no novo mundo americano.

O conflito no Iraque tem sido reduzido, no que à motivação americana diz respeito, a uma simples necessidade de controlo de matérias primas essenciais ao modelo de desenvolvimento do Ocidente.

Esta é, claramente, uma visão reducionista que esquece, nomeadamente, que o controlo do petróleo, no mundo árabe, sempre foi, mais ou menos feito, através das grandes companhias americanas e que, por outro lado, no seio dos que se opõe à guerra (nomeadamente na Europa) se encontram as potências que mais interesse têm em substituir, com as suas companhias, o controlo americano das referidas riquezas. Se o problema fosse só económico, ou predominantemente económico, seguramente que o desfecho do conflito seria outro e as vias para a sua resolução bastante mais diplomáticas.

O que está em jogo, verdadeiramente, é o controlo político de uma região que passa neste primeiro momento pela alteração total da natureza do regime político existente no Iraque.

O que está em causa é o controlo estratégico-político desta zona do mundo por parte dos Estados Unidos o que na actual "situação de equilíbrio" do Planeta não tem, necessariamente, de ser negativo. A Europa, de resto, está a dar nos últimos tempos um bom contributo para a confirmação dos Estados Unidos como a grande potência mundial.

Falta saber até onde as instituições políticas internacionais, desde a ocidental NATO até a global ONU (criadas que foram em contexto completamente diverso do actual), são capazes de resolver este problema.

As opiniões públicas como sempre são generosas: manifestam-se, exprimem-se, protestam, desgastam e são usadas ao ritmo e segundo as circunstâncias dos que mexem os cordelinhos.

Não se diga, por isso, que é clara para todos a verdadeira natureza do regime político do Iraque e as consequências que a sua manutenção, sem controlo, poderiam trazer para a paz e para o desenvolvimento económico e social do mundo.

Se assim fosse, provavelmente não assistiríamos a manifestações pela Paz, dirigidas exclusivamente contra os americanos e, na maior parte dos casos, sem que fosse visível, por menor que fosse, uma simples condenação do regime iraquiano.

Um regime político que possui um cadastro suficientemente variado e terrível de crimes contra a humanidade que tornam inaceitável que lhe sejam concedidas mais oportunidades.

VISTO DE BRUXELAS

UMA OPORTUNIDADE QUE SE PERDEU

Desperdiçou-se, provavelmente, nos últimos dias, através do inequívoco despertar da opinião pública para a Paz, uma oportunidade de ouro, para consolidar a tolerância e o convívio rácico e religioso, derrubando o regime do Iraque sem ser necessário recorrer à força. A condenação dos Estados Unidos e o esquecimento total do que ocorreu no mundo depois do 11 de Setembro de 2001 deram uma maior chance à solução musculada e, sobretudo, transformaram uma guerra regional num conflito institucional de consequências imprevisíveis.

É, com efeito, de esperar que na sequência dos últimos acontecimentos e depois da fragilização, porventura irrecuperável, da NATO (que verdadeiramente se encontra já em agonia), se assista a uma divisão irreversível da Europa no quadro de funcionamento da Organização das Nações Unidas com consequências não determináveis.

Os resultados que isso pode ter para a construção europeia não são seguramente os melhores e o futuro imediato, tão cheio de incertezas e carente de decisões sem hesitação, não deixará de os tornar evidentes.

É preciso não esquecer, nem escamotear, que tem sido a incapacidade da Europa de criar uma verdadeira Política Externa e de Segurança Comum que entregou todo o protagonismo internacional à potência americana.

Como não pode esquecer-se que é o fundamentalismo monetário e orçamental europeu que atrasa a recuperação económica da Europa e a coloca na dependência da recuperação americana.

Por isso parece sensata a posição assumida pela direcção nacional do Partido Socialista sobre o conflito, não alinhando em visões reducionistas do problema à sua componente económica.

Não é seguramente a decisão que mais facilmente mobilizaria os apoios e as simpatias dos que ainda sonham transformar Portugal numa espécie de Albânia, de outros tempos, localizada no extremo ocidental da Europa.

Por isso também é significativa e preocupante a posição do líder parlamentar do PCP sobre a natureza democrática do regime da Coreia do Norte.

Para todos os que ainda acreditam que manifestações organizadas ou controladas por comunistas ortodoxos podem ser um instrumento de unidade e apelo à Paz e à Democracia, o lapso do jovem parlamentar comunista deve ter sabido e soado bastante mal.



MANUEL DOS SANTOS

A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues preside no próximo sábado ao encerramento da Convenção Autárquica de Vila Real de Santo António.

Quarta-feira tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

Realiza-se no próximo dia 6 uma reunião da Comissão Política do Partido Socialista para analisar a situação política.

Ana Gomes e Mário Soares participam no sábado num comício contra a guerra no Iraque, que terá lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

O secretário-geral do PS recebe na próxima quinta-feira, dia 6, em audiência os embaixadores de Espanha e de França.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos, realiza-se no próximo dia 7 uma reunião de trabalho sobre Juventude, em Lisboa.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACCÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS FEDERAÇÕES DO PS

BAIXO ALENTEJO
TEL 284 32 34 47 FAX 284 32 16 22

BRAGANÇA
TEL 273 32 42 20 FAX 273 33 10 92

CASTELO BRANCO
TEL 272 34 44 59 FAX 272 32 65 95

ÉVORA
TEL 266 70 22 72 FAX 266 74 19 24

FARO (Região Oeste)
TEL 261 32 35 98 FAX 261 31 56 20

GUARDA
TEL 271 21 29 69 FAX 271 22 30 37

LEIRIA
TEL 244 82 26 62 FAX 244 82 41 65

PORTALEGRE
TEL 245 20 14 21 FAX 245 20 32 22

VIANA DO CASTELO
TEL 258 82 40 86 FAX 258 82 40 86

VILA REAL
TEL 259 32 25 86 FAX 259 32 64 92

MADEIRA
TEL 291 22 56 12 FAX 291 23 00 25



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/acciao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa